

Diário do Legislativo de 23/07/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - 48ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATA

ATA DA 48ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 16/7/2008

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Suspensão e reabertura da reunião - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 26/2007; requerimentos do Deputado Luiz Humberto Carneiro e da Deputada Elisa Costa; deferimento; discursos do Deputado Padre João, da Deputada Elisa Costa e dos Deputados Sargento Rodrigues e Weliton Prado; votação nominal do Substitutivo nº 2, salvo emendas, subemenda e destaques; aprovação; prejudicialidade do Substitutivo nº 1, das Emendas nºs 4 a 21, 23 a 25, 27, 29 a 31, 33, 34, 36, 39, 40, 42 a 44, 46 a 48, 50, 51, 53, 55, 58, 59, 62, 64, 69, 70, 73, 84 a 86, 93 a 96, 98 a 102, 106, 111 a 115, 117 a 119 e 121 a 126 e da Subemenda nº 1 à Emenda nº 24; questão de ordem; leitura e votação nominal do art. 30 do projeto; discursos dos Deputados Sargento Rodrigues e Luiz Humberto Carneiro; aprovação; votação nominal das emendas com parecer pela rejeição, salvo destaque; rejeição; votação nominal da Emenda nº 90; aprovação; declarações de voto; questão de ordem; declarações de voto - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Ronaldo Magalhães - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Luiz Tadeu Leite, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 30 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 26/2007, do Tribunal de Justiça, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18/1/2001, que contém a organização e a divisão judiciária do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. A Comissão de Assuntos Municipais opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 3 a 26, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou, pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e das Emendas nºs 3, 22 e 26, da Comissão de Assuntos Municipais. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública, com as Emendas nºs 27 a 45, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e das Emendas nºs 3, 22 e 26, da Comissão de Assuntos Municipais. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 3, 22, 26, 28, 32, 35, 37, 38, 41, 45, 49, 52, 54, 56, 57, 60, 61, 63, 65 a 68, 71, 72, 74 a 83, 87 a 92, 97, 103 a 105, 107 a 110, 116, 120 e 127. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 192 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram presença no painel que o façam neste momento.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Luiz Humberto Carneiro, solicitando a votação destacada do art. 30 do projeto. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Vem à Mesa requerimento da Deputada Elisa Costa, solicitando a votação destacada da Emenda nº 90. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, o nosso encaminhamento é favorável, porém gostaria de destacar que foram quase duas centenas de emendas apresentadas durante a tramitação do projeto, umas incorporadas, outras não. Creio que há muitas conquistas, mas muito ainda poderia ser melhorado no projeto. Quero partilhar com os nobres pares uma questão, embora seja bem específica e ainda esteja relacionada a critérios para a criação de comarca. Percebemos que foi acolhida a criação de comarcas levando-se em conta um número bem pequeno, se comparado a uma outra emenda. A criação da Comarca de Matipó foi rejeitada pela Comissão. Seria Matipó, Santa Margarida e Caputira, desmembrando-se a Comarca de Abre-Campo. E ficaria Abre-Campo, Sericita e Pedra Bonita, cada uma com mais ou menos 40 mil habitantes, em torno de 30 mil eleitores, uma média de 3 mil feitos. Se analisarmos o relatório do Tribunal de Justiça, percebemos que, nas comarcas, há uma média de 2 mil, algumas chegam a 700 no acumulado. Então, não é em vão, não ficariam ociosos o Juiz e todos os funcionários da nova comarca. Destacamos a importância também em razão da acessibilidade. O critério que colocamos é o acesso do pobre à Justiça. Caputira fica a 18km de Matipó, e Santa Margarida a 9km; a questão do transporte estaria facilitada. O contrário se dá em relação ao deslocamento até Abre-Campo, que se localiza na extremidade.

Apelo aos colegas para que fiquem atentos a essa injustiça e ao fato de estarmos talvez dificultando as coisas devido a questões muito localizadas por parte de alguns Deputados. É legítimo, porém está-se atendendo ao apelo do Juiz, e não a uma necessidade da população.

A reivindicação acatada ontem pela Comissão, que votou contrariamente ao parecer, atendeu ao apelo do Juiz, e não da comunidade. Tenho em mãos o relatório da Prefeitura e das Câmaras Municipais de Matipó, Caputira e Santa Margarida, em que estão garantidos a cessão do prédio e o comprometimento de adequação do prédio para o novo fórum e para a instalação da nova comarca. Não acolher a emenda é não acolher o apelo, o grito dos pobres dessa região, onde não há um transporte próprio, onde as pessoas dependem do transporte público, do transporte circular de concessão da linha, que não é facilitada nem compatível com o horário de funcionamento do fórum. São vários fatores dificultadores. Estou confiante na sensibilidade dos nobres pares, levando-se em conta que não é do interesse do governo entrar na questão e que também não existe problema financeiro na criação de novas comarcas pelo próprio Tribunal de Justiça.

Deputada Elisa Costa, no último dia 10 de julho foi instalada a Comarca de Carmópolis, que tem 14.795 habitantes, por meio de resolução. Aliás, já existe até portaria estabelecendo o dia da realização da audiência solene de instalação da comarca, que será no dia 25 de julho. Em relação a Matipó, estamos falando de três Municípios: um, que dista 18km da futura sede, e outro que dista 9km. Estamos facilitando o acesso à justiça. Em relação à atual sede, Abre-Campo, a distância de alguns desses Municípios é de mais de 60km, e lá não há transporte compatível com o horário de funcionamento do fórum.

Agradeço a postura do relator, que acolheu o projeto rejeitado na Comissão. Por que a Comissão acolhe a criação da Comarca de Fronteira, que tem 9.727 habitantes? O único Município que compõe a Comarca será Fronteira. Por que a Comissão acolhe a criação das Comarcas de Juatuba e de Florestal, totalizando 26 mil habitantes e onde o número de feitos é bem menor, ou seja, mil feitos? A Comarca de Matipó chega a 3 mil feitos. Há uma incoerência da Comissão, que votou contrariamente ao posicionamento do próprio relator. Quanto às Comarcas de Pains, Pimenta e Córrego Fundo, é a mesma coisa.

Foram acolhidas emendas criando algumas comarcas com número de habitantes, de eleitores e de feitos inferiores à que propusemos e foi rejeitada. Então, só podem existir outros interesses que, oxalá, não sejam escusos. Uma coisa posso garantir: não se trata de atender ao interesse ou ao apelo da população, mas exclusivamente do Juiz de Abre-Campo. E, para atender ao apelo do Juiz, toda a população fica prejudicada.

Sr. Presidente, somos favorável ao projeto como um todo e parabenizamos todos os servidores que lutaram durante todo esse tempo para ver se conseguiam algumas migalhas de conquistas, porque pouco se avançou nesse campo. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, a Deputada Elisa Costa.

A Deputada Elisa Costa - Bom-dia, Sr. Presidente, caros Deputados, Deputada Ana Maria Resende, servidores da Justiça, imprensa, Minas Gerais. Em nome da Bancada do PT-PCdoB, quero registrar o nosso voto favorável, em 1º turno, ao Projeto de Lei nº 26, que altera a Lei

Complementar nº 59, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais, atualizando a divisão judiciária e promovendo alterações e adaptações no sistema judiciário de Minas Gerais. Esse projeto já vem tramitando nesta Casa há alguns anos, mas ainda não é tranqüilo o consenso para se pensar na democratização do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais e também fazer chegar a Justiça mais próxima da população. É preciso um acesso mais igualitário; é preciso que a Justiça seja cada vez mais popular, transparente e democrática.

Quero também registrar a luta dos servidores da Justiça para garantir, dentro do Poder Judiciário, os seus direitos às melhorias salariais e a melhores condições de trabalho, que estão ligadas, no dia-a-dia, à condução da Justiça na relação com a população. Uma Justiça mais próxima do povo é uma Justiça cidadã, é uma Justiça que agiliza os processos e torna igualitários os direitos sociais e humanos. Esse projeto está sendo debatido desde a legislatura anterior. Sou, há três anos e meio, Deputada, e, durante todo esse tempo, estamos discutindo esse projeto, que agora entra na pauta em 1º turno com a maioria desta Casa em sintonia com as propostas apresentadas pelo Tribunal. Agora, com a contribuição da legislatura passada e com todo o debate deste ano e meio, ele vem para discussão em 1º turno. Quero registrar o empenho de setores da sociedade que se manifestaram, nas diversas regiões, pela aprovação desse projeto, com as suas emendas e com as suas sugestões.

Na região onde moro, na região do Vale do Rio Doce, em Governador Valadares, houve grande empenho dos movimentos sociais ligados ao campo e às cidades, da OAB de Valadares, que representa toda a nossa região. Destaco o importante papel do Ministério Público, que, por meio dos diversos Promotores e Promotoras e Juizes e Juizas, não só de Governador Valadares, mas de toda a região, participou com propostas e sugestões para que esse projeto pudesse ter o rosto de todo o Estado de Minas Gerais, um rosto mais popular. Conseguimos incluir, a pedido de todos os segmentos, a criação de mais quatro varas na sede do Município de Governador Valadares para atender aos Municípios da região. Pelas propostas, o número de processos se enquadra no projeto apresentado hoje pelo Tribunal para aprovação de novas varas, quer cíveis, quer criminais, quer especializadas.

Quero registrar que estamos solicitando uma vara de juizado especial, a de Combate à Violência contra a Mulher, para que seja implementada a Lei Maria da Penha numa das cidades consideradas mais violentas do Estado, especialmente na área de homicídios contra jovens e mulheres. Portanto, é importante termos um juizado especial para combater a violência contra a mulher, para que efetivamente a Lei Maria da Penha seja implementada no Estado de Minas Gerais, principalmente numa cidade como Governador Valadares.

Uma das emendas apresentadas, defendida por vários Deputados, referia-se, nas novas comarcas, ao cuidado que se deve ter com os direitos da criança e do adolescente e à criação de centros de internação para os adolescentes que cometeram algum ato infracional e estão em conflito com a lei. Essa emenda foi aprovada a pedido dos movimentos ligados à criança e ao adolescente. Ainda temos poucos centros de ressocialização em algumas cidades-pólos. Faz-se necessária a criação de outros centros para abrigar e ressocializar os nossos jovens e adolescentes. Na verdade, temos de implementar as políticas públicas com relação a crianças e adolescentes, medidas socioeducativas, para que, efetivamente, o Estatuto da Criança e do Adolescente seja aplicado no Estado de Minas Gerais. Esse Estatuto é uma lei avançada, das mais modernas do mundo, mas precisa ter as medidas socioeducativas mais bem aplicadas. Essa emenda vem contribuir para a aplicação das medidas socioeducativas. As crianças e os adolescentes, ao cometerem algum ato infracional, passarão por um processo de ressocialização e voltarão à sociedade, garantindo seus direitos como cidadãos. Considero essa emenda um avanço. Os Promotores e Juizes que trabalham nas Varas da Infância e da Juventude fizeram coro com essa proposta junto ao Fórum do Direito da Criança, aos movimentos, aos conselhos tutelares e aos conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente.

Registro também que, neste ano, o Estatuto está completando 18 anos. Defendemos que não haja redução da maioridade penal, evitando que nossas crianças, por meio da proteção social e de medidas educativas, como escolas em tempo integral, programas sociais, políticas sociais, possam cometer atos infracionais e chegar até os centros de internação.

Manifesto meu voto favorável e a compreensão desta Casa em relação às necessidades do Estado e do Tribunal de que algumas regiões de Minas precisam reduzir desigualdades sociais e econômicas para que a Justiça fique mais próxima da população, atendendo-a de maneira cidadã, especialmente os pobres que precisam de uma Justiça mais ágil, cuidadosa e mais igualitária. Nosso voto é favorável. Agradeço a todos os que compreenderam a importância desse processo e desse projeto, e por todas as manifestações que houve em Minas Gerais, em Governador Valadares, no Vale do Rio Doce, assumidas por Juizes, Promotores, pela OAB, enfim, por todas as entidades que participaram desse processo. Isso demonstra que a sociedade também está cobrando mais transparência e mais democracia do Poder Legislativo. A sociedade também cobra muito do Poder Executivo e, agora, do Poder Judiciário, que deve ser mais aberto, democrático, transparente e mais próximo do povo de Minas Gerais e de todo o País. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembléia. Sr. Presidente, não poderia deixar de fazer o encaminhamento deste projeto, ao qual apresentei três emendas. Uma delas garante o ingresso para o cargo de Oficial de Justiça, com o requisito do bacharelado em Direito, uma determinação da Presidente do Supremo Tribunal Federal à época, Ministra Ellen Gracie, que também acumulava as funções de Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

Agradeço ao relator, Deputado Elmiro Nascimento, que acatou essa emenda, bem como a emenda dos demais servidores do Poder Judiciário, que determina que o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais garanta, por meio de envio de projeto de lei a esta Casa, a gratificação que está sendo reivindicada pelos servidores, e que isso também conste em nota técnica por parte do Tribunal de Justiça. São duas emendas importantes para os servidores do Judiciário.

A terceira emenda, Sr. Presidente, é polêmica. O Deputado Luiz Humberto Carneiro, segundo consta, pediu destaque no art. 30 do referido projeto, que prevê a criação de mais três auditorias militares. Gostaria muito, Sr. Presidente, que os Deputados presentes nos acompanhassem para entender o que significa a criação de mais três auditorias da Justiça Militar na Capital ou no interior. Os coronéis do Tribunal de Justiça Militar desejam que essas auditorias sejam criadas no interior. Graças ao nosso trabalho nas Comissões, especialmente na Comissão de Assuntos Municipais, em que é relator e Presidente o Deputado Weliton Prado, foi acatada nossa sugestão para a criação dessas auditorias militares na Capital. O Deputado Weliton Prado teve essa medida acertada, quando explicamos a ele o que significava a criação de mais três auditorias da Justiça Militar.

Aproveito para fazer um contraponto, Sr. Presidente, disse isso várias vezes nas Comissões pelas quais esse projeto passou. Quando a Justiça comum vai para o interior do Estado, leva-se a Justiça, que fica mais próxima de seus jurisdicionados, para que tenham acesso mais rápido, mais fácil. Mas quando é a Justiça Militar que vai para o interior, ela leva a "injustiça militar". É isso que o Presidente do Tribunal de Justiça Militar, o Cel. Rúbio Paulino Coelho, quer levar: a "injustiça militar" para o interior, para ficar mais fácil condenar os praças da Polícia Militar e o Bombeiro Militar. No interior, há dificuldade de estabelecer o rodízio dos oficiais que compõem o Conselho de Justiça. Nesse aspecto, parabeno o relator, Deputado Weliton Prado, Presidente da Comissão de Assuntos Municipais, por ter acatado nossa sugestão. Também pedimos apoio a ele e à sua Bancada, para que se mantenha a auditoria militar na Capital.

Na mesma linha desse entendimento, ele cria mais 10 varas da Justiça comum em Uberlândia, no entendimento correto de que levando a Justiça comum para o interior, leva-se a justiça. Parabeno o Deputado Weliton Prado, destacando seu trabalho na Comissão de Assuntos Municipais, pelo fato de haver compreendido nosso apelo.

Por outro lado, Sr. Presidente, também destaco a compreensão que teve o Deputado Zé Maia na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Ele acompanhou o vencido na Comissão de Assuntos Municipais, deixando a Justiça Militar também na Capital. Cumprimos o Deputado Elmiro Nascimento, que, por duas vezes, teve a oportunidade de ser relator: em 1º turno, e depois que as emendas foram apresentadas em Plenário. O Deputado Elmiro Nascimento manteve a criação de mais três auditorias da Justiça Militar no interior.

Sr. Presidente, quero dizer ao Cel. Rúbio, Presidente do Tribunal de Justiça Militar, que pediu ao Deputado Luiz Humberto Carneiro que destacasse a matéria em Plenário para que a Justiça Militar fosse para o interior, que a situação dele é muito cômoda: ele é Coronel de polícia e Juiz do Tribunal de Justiça Militar, um Tribunal caro para o povo e teve a audácia, Deputado Delvito Alves, de querer denunciar este Deputado, desconhecendo o chamado juízo natural, a competência do Tribunal de Justiça comum para processar e julgar Deputados Estaduais. Essa competência é do Tribunal de Justiça, não do Tribunal de Justiça Militar. Cel. Rúbio, se perdermos essa emenda em Plenário, com certeza, os praças da Polícia Militar é que perderão. Na prática, ele quer condenar os praças à revelia. É esse o alerta que faço aos Deputados desta Casa. Não podemos permitir que sejam criadas três auditorias da Justiça Militar no interior, porque ela é diferente. No interior, o Comandante do Batalhão vai assediar o Juiz, oferecendo ele uma policial feminina para ser sua telefonista, um soldado para ser seu motorista particular, vai querer que ele seja paraninfo da turma de soldados e que receba medalhas. Ele será cooptado. Quem diz isso não é apenas este Deputado, mas a prática cotidiana que envolve a Justiça Militar. Infelizmente, alguns companheiros, Deputados desta Casa, não conhecem o detalhamento do funcionamento da Justiça Militar. A Justiça Militar e suas auditorias, a chamada 1ª instância, é composta por um Juiz togado, aquele que faz concurso, que é Juiz de verdade e mais quatro oficiais militares.

Vejam, senhoras e senhores, observem este último julgado, Deputado Vanderlei Miranda, esta é uma sentença proferida pelo Juiz, que, em seu voto, condena o Major Caubis Romes Pereira a dois anos e quatro meses de reclusão, datada de 18/6/2007. Esse Major de Frutal, na ponta do Triângulo, foi acusado de interferir numa ocorrência de meio ambiente, libertando os caçadores, a caça e as armas de cano longo. Um crime inafiançável. É isso que esse Major fez, e nós o denunciamos desde 2002.

À época, o Procurador-Geral de Justiça Jarbas Soares era Procurador do Meio Ambiente o denunciou. Feito o inquérito policial, ele foi condenado. Pasmem, senhoras e senhores: os oficiais que participavam do seu julgamento absolveram-no, porque era colega de turma deles! É assim que a Justiça Militar tem agido. O Juiz o condenou, fez a sua parte, tendo justificado e fundamentado o seu voto. Os oficiais simplesmente bateram no ombro do Major e disseram-lhe: "Hoje vamos acabar com isso". Essas palavras foram ouvidas por um advogado do gabinete a quem pedi que acompanhasse esse julgamento. É isso que o Deputado Luiz Humberto Carneiro está querendo para os Praças.

Faço aqui um apelo, principalmente aos Policiais Militares, especialmente os Praças de Uberlândia, dizendo-lhes que, se a Justiça Militar for para Uberlândia, com certeza, serão condenados à revelia, porque o Comando vai assediar 24 horas por dia o Juiz da Justiça Militar, pois os oficiais não precisam, eles já são indicados pelo próprio Comando que comporá esse Conselho de Sentença. E o pior: não julgarão apenas falta administrativa, vão julgá-los pelos crimes militares. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminhamos essa matéria para dizer que é fundamental, para que haja Justiça Militar de fato e de direito, que as auditorias permaneçam na Capital, assim como a emenda que foi acolhida nas Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de Assuntos Municipais e de Administração Pública. Este é o apelo que faço aos Deputados: que votem o projeto fazendo justiça, especialmente para a base da Polícia Militar. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado* - Bom-dia! Cumprimento os representantes dos servidores que se encontram nas galerias, parabenizando-os por sua atuação permanente nesta Casa, fundamental para que o projeto fosse bem discutido, debatido e alterado. Necessitávamos de mais avanços, mas, tenham a certeza de que, por meio da participação de vocês, conseguimos vários avanços para a categoria. Vocês têm de conhecer o trabalho sério realizado pelo sindicato que representa os servidores.

Tive o prazer e a honra de ser relator do Projeto de Lei Complementar nº 26 na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, projeto importante que trata da nova organização do Judiciário em Minas Gerais. Considero como avanços conquistados no parecer de que fui autor vários pontos que gostaria de destacar, entre eles, a criação de 10 varas para Uberlândia, 8 varas cíveis e criminais e 2 para Juizado Especial, que serão importantes para garantir agilidade na tramitação dos processos e humanizar o atendimento à população, que deve ser tratada com respeito. Dessa forma, asseguraremos as condições para o correto funcionamento do Poder Judiciário no interior. Em nosso parecer, garantimos a criação de 10 varas só para a cidade de Uberlândia, 6 para a cidade de Uberaba; 1 para Tupaciguara; 1 para São Gotardo; 1 para Prata; 1 para Monte Carmelo; mais 2 para Iturama; mais 4 para Ituiutaba; mais 1 para Ibiá; mais 1 para Coromandel; mais 3 varas para Araxá; e mais 1 vara para a Comarca de Araguari. São avanços importantes. Além disso, garantimos a criação do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nas Comarcas de Ipatinga e Ribeirão das Neves e também de Uberlândia.

Quería destacar as solicitações e o empenho das Deputadas Rosângela Reis e Gláucia Brandão, que contribuíram de forma decisiva para a elaboração do nosso parecer. Foi um grande avanço a criação do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, como contemplado em nosso parecer. Para a Comarca de Belo Horizonte, garantimos a criação de uma vara especializada em crimes contra idosos, conforme solicitação do Deputado André Quintão. Teremos ainda uma vara especializada em crimes contra crianças e adolescentes, também solicitação do Deputado André Quintão. Garantimos a criação de varas especializadas em meio ambiente, habitação e urbanismo, muito importantes. Sabemos do grande número de problemas em todo o Estado em relação a essas questões. Portanto, é um grande avanço a criação dessas varas. Outro ponto importante que também garantimos no relatório de que fui autor foi a questão inédita - muitos duvidavam que seria possível, mas conseguimos - da criação, no prazo de 180 dias, da Câmara Especial do Tribunal de Justiça, com competência preferencial para processar e julgar ações penais de improbidade administrativa contra agentes políticos. Foi outra grande vitória que conseguimos garantir no nosso parecer. Que se faça justiça. Quem comete crime tem de pagar, e, com certeza, a sociedade vai fiscalizar. Além disso, avançamos na discussão da necessidade de Secretarias para as turmas recursais dos juizados especiais e na redefinição de critérios para a classificação das comarcas de entrância especial. Fizemos contato com quase todos os Juizes do Triângulo Mineiro e de outras regiões do Estado. Neste momento, queria destacar o trabalho e o empenho da Amagis e, de forma muito especial, do Dr. Joemilson Donizette, Diretor do Foro da Comarca de Uberlândia, a quem parabenizo. Estivemos no Fórum de Uberlândia, nos reunimos com os Juizes, discutimos de forma exaustiva o Projeto de Lei Complementar nº 26/2007, que trata da organização do Judiciário. O Dr. Joemilson deu contribuições muito importantes junto aos Juizes de Uberlândia. Da mesma forma, queria parabenizar o Dr. Carlos Cordeiro, de Araguari; o Dr. Paulo Gastão, de Uberaba; o Dr. Éverton Ronquoreta, de Tupaciguara; o Dr. Pedro Fiúza, de Araxá; a Dra. Flávia Generoso, de Ibiá; o Dr. Luiz Fernando, de Iturama; o Dr. João Marcos Luchesi; de Monte Carmelo; a Dra. Eleusa Maria, de Campina Verde; o Dr. Joaquim de Campos, de Prata; a Dra. Edinamar Aparecida, de Ituiutaba. Enfim, agradeço a todos esses Juizes e Juizas a importante contribuição que deram para que pudéssemos avançar em nosso parecer e aprová-lo na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Com certeza, a síntese de tudo isso é atender bem à população. Sabemos que temos de avançar. A burocracia, o número de processos é muito grande. Sabemos que os profissionais, os servidores, fazem das tripas coração para atender bem à população. Às vezes, as pessoas não conseguem compreender, mas, realmente, o volume de trabalho é muito grande. Os profissionais têm de ser bem-remunerados e valorizados pelo trabalho que prestam ao Estado. É muito importante continuar essa mobilização, para garantirmos futuros avanços. Tanto no Ministério Público como no Poder Judiciário, precisa haver mais concursos. É preciso aumentar o número de Juizes e de Promotores, mas é mais importante ainda aumentar o número de servidores.

Com o salário de um Juiz é possível contratar quantos servidores? Com o salário de um Promotor é possível contratar quantos servidores? É muito importante aumentar o número de servidores do Poder Judiciário para que possam contribuir para os Juizes e Promotores. Conversei até mesmo com o Dr. Jarbas, Procurador-Geral do Estado, que concorda com a necessidade de mais profissionais contribuindo para que haja

melhor atendimento à população.

Estou feliz e honrado por ter sido o relator do parecer que foi aprovado na Comissão de Assuntos Municipais, o qual garante a criação de varas em várias cidades, ao acatar as emendas dos Deputados de todas as regiões do Estado e, de forma especial, por ter tido a possibilidade de criar mais 10 varas para Uberlândia, cidade onde nasci, cresci e conheço como a palma da mão. Estou feliz por contribuir para a minha cidade criando mais 10 varas, que significarão um grande avanço no atendimento à população. Agradeço a todos. Temos que garantir a aprovação do projeto, e, no futuro, avançar para que a população tenha um bom atendimento.

O Sr. Presidente - Em votação, o Substitutivo nº 2, salvo emendas, subemenda e destaques.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Carlin Moura - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Padre João - Paulo Guedes - Rêmolo Aloise - Ronaldo Magalhães - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 44 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2, salvo emendas, subemenda e destaques. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, ficam prejudicados o Substitutivo nº 1, as Emendas nºs 4 a 21, 23 a 25, 27, 29 a 31, 33, 34, 36, 39, 40, 42 a 44, 46 a 48, 50, 51, 53, 55, 58, 59, 62, 64, 69, 70, 73, 84 a 86, 93 a 96, 98 a 102, 106, 111 a 115, 117 a 119 e 121 a 126 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 24.

Questão de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Gostaria que fosse feita a leitura do art. 30 do projeto.

O Sr. Presidente - É regimental. Solicito ao Sr. Secretário que faça a leitura da votação destacada.

O Sr. Secretário (Deputado Durval Ângelo) - (- Lê o art. 30, que foi publicado na edição do dia 12/7/2007).

O Sr. Presidente - Votação do art. 30 do projeto. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente e Srs. Deputados, nesses 5 minutos regulamentares, gostaria de dizer aos ilustres Deputados e Deputadas que o Deputado Luiz Humberto Carneiro apresentou um destaque nesse art. 30 e que aprovar o destaque é permitir que se criem três auditorias militares no interior, a pedido dos Coronéis do Tribunal de Justiça Militar. Criar Justiça Militar no interior é levar injustiça para os policiais militares. Não há condição de fazer rodízio dos oficiais nem justiça militar com isenção. Sei que há interesse em que uma auditoria militar vá para Uberlândia, mas quero dizer ao Deputado Luiz Humberto Carneiro que ele simplesmente sacramentará a condenação, à revelia, dos Praças da cidade de Uberlândia ou de qualquer cidade para onde ela vá. Faço um apelo ao Deputado Luiz Humberto, pois acredito que, regimentalmente, ele ainda possa desistir desse destaque. Se caminharmos para a aprovação da auditoria militar no interior, com certeza, condenaremos os Praças, à revelia.

A auditoria militar é composta por um Juiz togado, um Juiz concursado e quatro Oficiais. Para início de conversa, não há número suficiente de Oficiais para a devida isenção e para que haja um julgamento limpo, transparente, pois deverá haver por parte do Comandante do batalhão a escalação previamente determinada dos Oficiais que condenarão ou absolverão quem eles desejam. Será isso que ocorrerá. Quando criamos, na Justiça, uma comarca no interior, estamos levando justiça para o jurisdicionado.

No caso da Justiça Militar, ao levá-la para o interior, estaremos levando a condenação à revelia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, agora mesmo eu li a sentença e o voto do Juiz Paulo Eduardo Andrade Reis, aqui da Capital, dizendo que, mesmo gozando de tantas isenções, os quatro Oficiais que compunham o Conselho de Sentença absolveram o Major, colega de turma deles, por crime inafiançável, por crime ambiental, por prevaricação e por falsidade ideológica. Essa é a Justiça Militar que temos em Minas Gerais. E agora o Cel. Rúbio Paulino Coelho, Presidente do Tribunal de Justiça Militar, pede ao Deputado para fazer um destaque.

Lembro a todos que o Deputado Weliton Prado acatou a nossa sugestão para a criação das auditorias militares na Capital; o Deputado Zé Maia, como relator da Comissão de Fiscalização, acatou a criação na Capital e o Deputado Elmiro Nascimento, relator por duas vezes na Comissão de Administração Pública, acatou a nossa sugestão na Capital.

Deixo uma mensagem, especialmente para os Praças de Uberlândia. A intenção do Deputado pode ser boa, mas talvez ele não compreenda, na prática, o que significa isso para o dia-a-dia dos Praças da Polícia Militar e dos Bombeiros. Portanto, faço um apelo ao Deputado Luiz Humberto para que retire esse destaque e mantenha a votação da forma como aconteceu no seu Substitutivo nº 2, aprovado pelas três Comissões por unanimidade. Reitero e repito: levar a Justiça Militar para o interior é condenar os Praças à revelia, é condenar os Praças pelo interesse do Comandante do batalhão ou do Comandante Regional. Num primeiro momento, oferecerão o cargo de telefonista para uma policial feminina. Num segundo momento, o soldado será motorista. Num terceiro momento, ele será condecorado com uma medalha e, num quarto momento, será o paraninfo da turma. E, vagarosamente, cooptarão o Juiz togado até que ele não tenha nenhuma condição, muito menos com a participação de mais quatro Oficiais. Muitos Deputados não sabem como é a estrutura da Justiça Militar. É isso que o Deputado quer fazer, levando a Justiça Militar para o interior.

Portanto, Sr. Presidente, meu encaminhamento é para dizer "não" ao destaque do Deputado Luiz Humberto no que diz respeito à Justiça Militar.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Luiz Humberto.

O Deputado Luiz Humberto* - Estou encaminhando esse destaque com pedido do voto "sim". Tramita, nesta Casa, uma emenda à Constituição para terminar com a nossa Justiça Militar, até porque ela não vem funcionando bem. Esta é a alegação. O Deputado Sargento Rodrigues trouxe um exemplo do mau comportamento da Justiça Militar. Se a levarmos para o interior, talvez possamos resolver, de uma vez por todas, a questão da Justiça Militar. Encaminho essa proposta "sim" para que possamos atender à região e, ao mesmo tempo, prestar um serviço melhor para a Polícia Militar.

O Sr. Presidente - Em votação, o art. 30 do projeto.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Rêmoló Aloise - Ronaldo Magalhães - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Zé Maia.

- Registram "não" os Deputados e a Deputada:

Almir Paraca - Carlin Moura - Delvito Alves - Durval Ângelo - Elisa Costa - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Vanderlei Miranda - Weliton Prado.

- Registra "branco" o Deputado:

Hely Tarquínio.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 39 Deputados. Votaram "não" 9 Deputados. Houve 1 voto em branco. Está aprovado o art. 30 do projeto. Em votação, as Emendas nºs 49, 52, 54, 56, 57, 60, 61, 63, 65 a 68, 71, 72, 74 a 83, 87 a 89, 91, 92, 97, 103 a 105, 107 a 110, 116, 120 e 127, salvo destaque.

- Registra "sim" o Deputado:

Antônio Júlio.

- Registram "não" os Deputados e as Deputadas:

Ademir Lucas - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Carlin Moura - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Padre João - Paulo Cesar - Ronaldo Magalhães - Sebastião Helvécio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Weliton Prado.

- Registra "branco" o Deputado:

Vanderlei Miranda.

O Sr. Presidente - Votou "sim" 1 Deputado. Votaram "não" 41 Deputados. Houve 1 voto em branco. Estão rejeitadas as Emendas nºs 49, 52, 54, 56, 57, 60, 61, 63, 65 a 68, 71, 72, 74 a 83, 87 a 89, 91, 92, 97, 103 a 105, 107 a 110, 116, 120 e 127, salvo destaque. Em votação, a Emenda nº 90.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Carlin Moura - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Rêmoló Aloise - Ronaldo Magalhães - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Weliton Prado - Zé Maia.

- Registra "branco" o Deputado:

Vanderlei Miranda.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 48 Deputados. Não houve voto contrário. Houve 1 voto em branco. Está aprovada a Emenda 90. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 26/2007 na forma do Substitutivo nº 2, com o art. 30 do projeto e com a Emenda nº 90. À Comissão de Administração Pública.

Declaração de Voto

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores que acompanham os trabalhos desta Casa, aguardei, com muita paciência e apreço pelos Deputados que fizeram o encaminhamento desta importante votação, para, concluída, fazer aqui uma declaração de voto, reconhecendo, na condição de coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, os avanços conquistados no processo de tramitação desse projeto de lei complementar. Queria ressaltar as conquistas históricas na área do Judiciário relacionadas às crianças e aos adolescentes. Quero agradecer aos Deputados, particularmente aos relatores, ao Deputado Weliton Prado, que faz um bellissimo trabalho nesta Casa, e ao Deputado Elmiro Nascimento a inclusão de uma vara criminal especializada em crimes cometidos contra crianças e adolescentes em Belo Horizonte. Queria falar, Deputado Weliton Prado, da sua participação nesse processo, bem como da criação de uma vara especializada para julgar crimes cometidos contra os idosos. Essa conquista foi uma demanda antiga do movimento da Vara da criança e do adolescente. Queria também registrar a votação unânime da Emenda nº 90, que cria mais uma vara de ato infracional em Belo Horizonte. Existe uma sobrecarga nessa área na Capital. Foi feito um pedido pela área da Dra. Valéria, a quem gostaria de render nossas homenagens. Essa importante Juíza e todo o corpo técnico do Juizado fizeram um ótimo trabalho. Conseguimos desmembrar, na proposta original, a vara do idoso da vara da infância e da adolescência. É importante a atenção ao idoso e à criança e ao adolescente. Essa junção iria prejudicar tanto um segmento quanto o outro. Quero registrar essas conquistas da Assembléia Legislativa, dos Deputados. Quero, mais uma vez, Deputado Weliton Prado, agradecer-lhe, bem como ao Deputado Elmiro Nascimento, que tiveram a sensibilidade social de incorporar, em seus pareceres, essas importantes conquistas. Quero dizer que elas serão fundamentais para punirem aqueles que cometem abuso e

exploração contra crianças e adolescentes, que serão fundamentais para estimular as denúncias, para romper o ciclo da impunidade. Temos, só em Belo Horizonte, mais de 1.250 processos, Deputado Sebastião Helvécio, de adultos que cometem abusos contra crianças e adolescentes. Na condição de coordenador da frente parlamentar, quero agradecer a cada Deputado que votou favoravelmente a esses importantes artigos. Quero dizer aos servidores que a emenda que criava a gratificação, a pedido da Serjasmig, não foi incorporada totalmente, mas ficou a condição de o Tribunal encaminhar a esta Casa, em projeto específico, essa importante gratificação, que corrige uma injustiça e uma distorção. Quero parabenizá-los pela persistência, porque estiverem aqui em todos os momentos. Se a conquista não foi completa, foi muito importante. Isso não teria acontecido se vocês não tivessem persistência e paciência, além de um grande exercício de cidadania. Sr. Presidente, agradeço a sua participação nesse processo de negociação. Ganhou a Assembléia Legislativa, Deputado Elmiro Nascimento, pela sua sensibilidade em acolher emendas de cidadania voltadas para crianças, adolescentes e idosos do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, felicito o conjunto das Deputadas e dos Deputados desta Casa, especialmente os dois relatores: Deputado Elmiro Nascimento e Deputado Weliton Prado, Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização. O Plenário desta Casa deu mais um exemplo da sua eficiência e do seu trabalho ao votar esse projeto em 1º turno. Esse projeto traz avanços importantes tendo à frente o excelente trabalho realizado pelo Deputado Weliton Prado. Em função desse trabalho, novas varas foram criadas. Na nossa querida Contagem, foram criadas 13 novas varas; na Comarca de Betim, também foram criadas 13 novas Varas; em Uberlândia, foram criadas 10 novas varas, com o esforço do Deputado Weliton Prado. Destaco a importância da criação de cinco novas varas na nossa querida Comarca de Governador Valadares, incluindo-se a vara especializada no combate à violência contra a mulher, por meio de uma emenda apresentada pela Deputada Elisa Costa. Avançou também algo que considero muito importante na discussão desse processo, ou seja, compreendemos que o fundamental é a universalização da Justiça em Minas Gerais. De nada adianta a criação de novas comarcas, se ficarem somente no papel. Hoje, após discussões com o Desembargador Orlando Adão, Presidente do Tribunal de Justiça, o princípio que irá vigorar é o seguinte: comarca criada tem de ser instalada. Esse é o princípio que irá garantir a universalização da Justiça. Por exemplo, a Comarca de Coroaci, que abarca os Municípios de Virgolândia e Nacip Raydan, existe há vários anos, mas nunca foi instalada. Precisamos fazer um esforço concentrado para a instalação dessas comarcas, enviando para lá Juizes e Promotores, a fim de que funcionem. Não adianta nada a construção de uma nova sede do Tribunal de Justiça, de um novo palacete do Tribunal de Justiça, se não houver Juizes trabalhando na 1ª instância, junto ao cidadão. A nova Justiça de Minas Gerais depende da instalação das comarcas, pela indicação de Juizes e Promotores, a fim de que os jurisdicionados, os cidadãos, os trabalhadores não tenham que andar 60km, 100km em estrada de terra, como é o caso de Virgolândia, para irem à Comarca de Peçanha garantir seus direitos. Universalizar a Justiça é um princípio fundamental. O objetivo desse projeto é fazer com que o Tribunal de Justiça implante essas novas comarcas. O Juizado Especial precisa ter condições de trabalho, com a criação de suas secretarias. Não podemos deixar o cidadão enfrentar aquelas imensas filas do juizado especial, porque não há uma secretaria e um funcionário para atendê-lo. A justiça para o pobre é da pior qualidade. Precisamos corrigir esses desvios. A discussão desse projeto avançou, pois compreendeu-se que criamos novas varas e comarcas e que, acima de tudo, teremos de efetivar a prestação jurisdicional no Estado. Mais uma vez, parabeno os Deputados, especialmente o Presidente da Comissão de Assuntos Municipais, Deputado Weliton Prado, e o relator, Deputado Elmiro Nascimento.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, ao declarar o nosso voto favorável a esse projeto extremamente importante, que trata da organização e divisão do Judiciário, inicialmente agradeço ao Deputado Elmiro Nascimento pela condução democrática, pela forma extremamente competente com que dirigiu a nossa Comissão de Administração Pública, de que tenho a honra de participar ao seu lado, e também pela generosidade ao acolher diversas emendas da nossa autoria e de outros colegas Deputados, o que fez desse projeto uma verdadeira ação cívica da Assembléia Legislativa, que interagiu com todo o Estado de Minas Gerais. Passamos por um dos momentos felizes da Assembléia Legislativa, pois legislamos em benefício do povo mineiro e fortalecemos o Poder Judiciário. Isso é muito importante, pois os Poderes constituídos devem ser independentes e devem estar fortalecidos, principalmente o Judiciário, para que a justiça atinja todos. Com a elaboração do Substitutivo nº 2, beneficiaremos diversas cidades do interior de Minas com a criação de novas varas. Tive a felicidade de ver beneficiadas, por emenda da minha autoria e por emenda de outros colegas, diversas cidades do Centro-Oeste mineiro, onde atuo, como Campo das Vertentes. Não citarei todas, pois foram muitas. Eu diria que todas as cidades onde verificamos, por meio de um estudo minucioso, haver uma grande demanda e um grande volume de trabalho destinado a um Juiz, foram beneficiadas. Cada Deputado verificou se esse volume estava acima do que é razoável, pois, nesse caso, o cidadão ficaria prejudicado, já que o processo não anda, e a justiça não é realizada. Criamos mais varas e autorizamos o concurso e a nomeação de mais Juizes. Além disso, a Emenda nº 64, que apresentei, cria o cargo de assessor dos Juizes vitalícios, porque, em alguns momentos, eles ficam assoberbados de trabalho. A assessoria poderá ajudá-los a fazer com que esses processos caminhem mais rapidamente. Quem ganha com isso é o cidadão, que espera que a justiça seja feita. Esse assessoramento veio em boa hora, pois essa era uma reivindicação da Amagis e de todos os Juizes que, com frequência, tinham de levar trabalho para casa no final de semana. O cidadão sentia-se prejudicado, e, às vezes, o processo se arrastava por meses a fio. Uma outra proposta alcançou o interesse não de um Deputado ou de uma cidade, mas de toda Minas Gerais. Contamos com a presença do nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, que atuou como interlocutor e mediador, procurando estabelecer a independência e a firmeza do Poder Legislativo, com espírito de equilíbrio e de diálogo com o Presidente do Tribunal de Justiça, para que pudéssemos contar com um número maior de entrâncias especiais no Estado. Isso significa uma justiça melhor estruturada no interior, com condições de atender bem, não somente em minha querida Divinópolis, mas também em outras cidades. Ainda lutaremos até o 2º turno para que São João del-Rei e Varginha, duas cidades com porte expressivo e que alcançam uma grande região, possam ser elevadas à condição de entrância especial. Já avançamos muito. Além disso, temos de destacar que esta Casa agiu com espírito democrático e não corporativo. Aqueles que não foram beneficiados integralmente compreenderam que a caminhada não é feita toda de uma só vez. Avançamos muito. Parabéns a todos os Presidentes de Comissão e, de modo especial, a todos os Deputados que trouxeram a sua contribuição. Votamos no 1º turno. Espero que amanhã votemos o projeto em 2º turno e ofereçamos ao povo mineiro, especialmente ao Tribunal de Justiça, uma estrutura melhor. Incluímos propostas que alcançam os funcionários, estabelecendo prazo para o Tribunal de Justiça atender às justas reivindicações dos servidores do Judiciário. Não adianta criarmos mais varas e aumentarmos o número de Juizes, se o servidor não for bem remunerado e não receber um tratamento adequado. Parabéns aos meus colegas desta Casa. Sinto-me feliz nesta manhã, porque Minas Gerais ganha uma nova estrutura para o Judiciário. Com a Justiça forte, ganhamos todos, em especial a democracia. A Casa Legislativa é soberana, é independente, mas deve fortalecer o Judiciário, para que a justiça seja feita. Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, serei breve e até já me manifestei anteriormente. É só para fazer mais um registro relacionado às vitórias conquistadas por esta Casa Legislativa, em atendimento às demandas acolhidas pelo relator Weliton Prado e pelo Deputado Elmiro Nascimento, numa resposta à necessidade de uma justiça mais democrática e mais próxima da população. Registro também a alegria de que isso tenha acontecido por meio das emendas apresentadas por nós, feitas de maneira coletiva - em Governador Valadares e em todo o Vale do Rio Doce - por diversos Juizes, Promotores e pela representação da Ordem dos Advogados do Brasil. Quero destacar a participação efetiva do Dr. Geraldo Carlos, do Dr. Wagner Alcântara, da Dra. Dilma Araújo, do José Arnóbio, do Dr. Sebastião Pereira e Dr. Agnaldo, Juizes que representaram a categoria, elaboraram emendas e apresentaram propostas para a democratização e criação de varas em Valadares e região. Também merecem ser citados o Dr. Ulisses, o Dr. Rosângelo e o Dr. Fábio Tavares, em cujas pessoas todos os Promotores sentiram-se representados nas propostas apresentadas por nós nesta Casa Legislativa. Por fim, houve participação do Presidente da OAB, Dr. Marcelo França, de toda a diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil, principalmente dos cursos de Direito das faculdades da região, como a Universidade Vale do Rio Doce - Univale - e a Fadvale, que também apresentaram propostas para a reforma e divisão judiciária no Estado de Minas Gerais. Ver aprovadas as nossas quatro varas e mais uma vara especializada no combate à violência contra a mulher é uma conquista da população de Valadares, das representações sociais e das diversas autoridades que se manifestaram. Registro, para finalizar, o empenho do Deputado Weliton Prado, que, além de ser o relator e de representar a região de Uberlândia, apresentou e conseguiu aprovar dez varas para aquela cidade e outras várias para o Triângulo Mineiro. Reforço, da nossa bancada, a participação do Deputado André Quintão, que também criou duas varas para a criança e o adolescente e uma vara criminal especializada em crimes contra o idoso. Quero parabenizá-lo pela iniciativa, assim como o Deputado Carlin Moura, pela criação das varas em Contagem; o Deputado Paulo Guedes, em Montes Claros; o Deputado Almir Paraca, em Paracatu. Enfim, a bancada participou ativamente e deu sua contribuição para esta Casa Legislativa, para Minas Gerais. Ganhamos as diversas varas especializadas, a de meio ambiente, a de habitação e urbanismo, tornando o Judiciário o rosto da necessidade popular de uma justiça mais próxima do povo de Minas Gerais. Muito obrigada.

O Deputado Getúlio Neiva - Meu caro Presidente Alberto Pinto Coelho, caro líder Mauri Torres, este é o momento de agradecer muito a todos

aqueles que se envolveram nesse processo. Há seis anos esta Casa tenta ampliar a justiça de Minas Gerais e agora estamos quase conseguindo. Meu pronunciamento não é apenas para agradecer, Sr. Presidente, mas também para uma advertência. Ainda temos a votação, em 2º turno, e é preciso que os companheiros permaneçam no Plenário na parte da tarde. É necessário que a Comissão funcione à tarde, para que o 2º turno seja garantido amanhã. Fazemos esse apelo aos colegas, aos companheiros, porque sabemos que, em véspera de eleição, sempre têm compromissos urgentes em suas bases eleitorais. Que permaneçamos de plantão hoje e amanhã para que possamos dar ao povo de Minas Gerais a certeza de que haverá ampliação da Justiça neste Estado. Quero agradecer ao relator, ao Presidente da Comissão, ao Deputado Elmiro Nascimento, e lembrar, Sr. Presidente, as várias conversas que V. Exa. teve com todos os partidos. Agradeço, também, ao Sr. Nelson Messias, Presidente da Amagis, que esteve reunido conosco, a Bancada do PMDB, para explicar o interesse dos Juizes na ampliação da Justiça no interior de Minas Gerais. Em nome da minha cidade, Teófilo Otôni, agradeço aos nobres colegas Deputados e Deputadas, que nos ajudaram a incluir no projeto a ampliação de mais três varas na Comarca de Teófilo Otôni. Essa é uma luta que incitei o ano passado. Aliás, conversei com o Governador a respeito disso e ele sancionará o projeto. Então, a partir do próximo ano, Teófilo Otôni será entrância especial. Realmente, este é um momento muito interessante, no entanto advirto aos nobres colegas que não deixem o Plenário na parte da tarde e que estejam aqui amanhã para a votação em 2º turno. Estamos ampliando a Justiça, são seis anos de luta, e não podemos falhar no instante em que decidimos o futuro da Justiça em Minas Gerais, com a ampliação de mais de 300 varas, com a criação de dezenas de entrâncias especiais e com a ampliação da Justiça como um todo para atender ao povo mais carente da nossa terra. Neste instante, temos de ficar vigilantes e não podemos nos afastar do Plenário. Precisamos ficar coesos para fechar esse semestre com chave de ouro. Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Que possamos ter outras vitórias como esta, parcial ainda, porque haveremos de comemorá-la amanhã, no 2º turno.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para declaração de voto, o Deputado Sargento Rodrigues.

Questão de Ordem

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, eu e os Deputados Almir Paraca e Luiz Tadeu Leite estamos aqui há muito mais tempo que o Deputado Sargento Rodrigues.

O Sr. Presidente - Esclareço ao Deputado Paulo Guedes que, no momento em que a Presidência vê um Deputado se deslocando, tem acuidade em fazer a anotação. O Deputado Sargento Rodrigues abriu mão para a Deputada Elisa Costa falar.

O Deputado Paulo Guedes - Ele não estava no Plenário, deve ter saído.

O Sr. Presidente - O meu interesse é acolher a todos, só que tem de ser um de cada vez.

Declarações de Voto

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, lamentamos profundamente que o Tribunal de Justiça Militar, comandado pelo Cel. Rúbio Paulino Coelho, tenha conseguido aprovar nesta Casa projeto que leva a "injustiça militar" para o interior. O mais triste, Sr. Presidente, é saber que houve a aquiescência de alguns dos nossos companheiros que votaram "sim" ao destaque aqui apresentado pelo Deputado Luiz Humberto Carneiro e liderado pelo nosso Líder de Governo, Deputado Mauri Torres. Quando levamos a justiça comum para o interior, levamos justiça, mas, quando levamos a militar, levamos a "injustiça militar". Parabéns ao Cel. Rúbio Paulino Coelho, que, de agora em diante, terá como condenar os praças, praticamente à revelia. É isso o que fazemos. Parabéns ao Deputado Luiz Humberto Carneiro, que conseguiu fazer o destaque e levará uma auditoria da Justiça Militar para o interior, especialmente para Uberlândia, conforme prometeu o Cel. Rúbio Paulino Coelho. Mas, Sr. Presidente, quando essa Justiça Militar começar a funcionar e os praças forem condenados à revelia em Uberlândia, por interesse do Comandante do Batalhão e do Comandante da região da Polícia Militar, ele perceberá o erro que cometeu ao atender ao pedido dos Coronéis do Tribunal de Justiça Militar, especialmente do seu Presidente, que fez o pedido diretamente ao Deputado e também ao Deputado Mauri Torres, para que liderasse esse processo. Nove Deputados votaram "não" ao destaque. Por esses nove votos, incluindo o meu, quero agradecer profundamente. A compreensão, a sensatez e a coerência aos Deputados que disseram não para uma justiça militar que não atende ao fim social. Justiça, qualquer que seja ela, deve ter um objetivo, especialmente quando os Juizes, Desembargadores e os próprios operadores do direito, os advogados, tentam traduzir o objetivo maior da justiça, que é a pacificação dos conflitos sociais. Deputado Almir Paraca, quero cumprimentar V. Exa. pelo voto da coerência, pelo voto progressista. Mais uma vez a Bancada do PT deu uma demonstração de coerência, não permitindo que uma excrecência como essa fosse levada para o interior, dizendo não a um absurdo como esse. Sr. Presidente, quero dizer a V. Exa. que amanhã estarei aqui discutindo o projeto, por uma hora, para trazer as mazelas que vêm sendo praticadas na Justiça Militar, sobre as absolvições de Coronéis que liberam um cidadão com droga. Quando um soldado é pego fazendo isso, ele é execrado publicamente e condenado, para depois dizerem à imprensa que aqui se condena, para ter dados estatísticos de condenação. Agora, quando são oficiais superiores, como Majores, Tenentes-Coronéis e Coronéis, todos são absolvidos vergonhosamente, como ocorreu em 2000, quando investigamos na CPI do narcotráfico o Cap. Marcelo Antônio Pio, que foi absolvido pelo Tribunal de Justiça Militar tendo sido flagrado ao lado de um traficante com 700g de cocaína pela Polícia Federal, no estacionamento do Carrefour. Eu fui sub-relator da CPI. É para isso que serve o Tribunal de Justiça Militar de nosso Estado. É um cabide de empregos ociosos que não atende à sociedade. Infelizmente, a denúncia que fizemos não serviu para sensibilizar o Cel. Rúbio. Amanhã estaremos aqui nesta tribuna, na tribuna livre do povo, para qual fui eleito democraticamente, não como V. Exa, que foi indicado por ser Coronel de polícia, por ter ficado pajeando o governo para ser indicado. Aqui estaremos para fazer a denúncia do que é a Justiça Militar, do que esse Tribunal tem feito pela sociedade mineira. Muito obrigado.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público que nos acompanha neste momento, queremos fazer coro com os nossos colegas que aqui já se manifestaram. É um momento rico, é um momento feliz para nós, que aqui chegamos trazendo a esperança de nossas regiões. É a oportunidade de poder atuar efetivamente, de propor ajustes, de propor emendas em matérias dessa natureza, matérias importantes para o povo mineiro, para o cidadão comum, principalmente para as regiões interioranas de Minas Gerais. Sabemos que, ao falar de democracia, de cidadania, é imprescindível provar o sistema judiciário de Minas Gerais da estrutura necessária, quer físicas, quer operacionais, quer humanas para assistir às necessidades do cidadão comum. Gostaria, inicialmente, de elogiar o trabalho dos Deputados Elmiro Nascimento e Weliton Prado, que foram acolhedores, receptivos, mas muito dedicados e sérios na sua análise, na sua avaliação, para finalmente apresentarem a proposta que aprovamos em 1º turno. Essa proposta atende a todas as regiões do Estado de Minas Gerais. Quero também, de maneira especial, cumprimentar e parabenizar o Deputado Weliton Prado pelo trabalho profícuo e sério que vem realizando à frente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, que atuou diretamente nessa matéria. A conquista das novas 10 varas para Uberlândia é uma evidência da dedicação, do apreço e do zelo do Deputado Weliton Prado para com as suas bases. Com muita felicidade, ele conseguiu atender à sua cidade, além de diversas outras, pois atua mais diretamente no Triângulo. Quero parabenizar a nossa Líder, Deputada Elisa Costa, na pessoa da qual cumprimento a Bancada do PT pela atuação direta, precisa, para garantir o atendimento não só das bases, mas de outras questões que estavam embutidas na discussão do projeto, e também pelas cinco varas conquistadas para a cidade de Governador Valadares - quatro comuns e uma para o combate à violência contra a mulher, de sua iniciativa. Quero também cumprimentar o Deputado André Quintão pelos encaminhamentos no que diz respeito à proteção da criança e do adolescente e às demais conquistas com a criação de varas especializadas de meio ambiente, habitação e urbanismo. Para finalizar, quero dizer que comungo com a posição do Deputado Sargento Rodrigues em relação à Justiça Militar. Entendemos que, nesta Casa, o Deputado Sargento Rodrigues é o mais credenciado para se manifestar sobre assuntos que dizem respeito à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, parabênzo, de forma especial, a atuação competente do nosso querido Deputado Weliton Prado, que, brilhantemente, soube acatar o sentimento de toda a sociedade; soube discutir com os parlamentares, com os Juizes e com os servidores judiciários e agregou o sentimento maior: levar a Justiça aos quatro cantos de Minas Gerais. Parabênzo-o também por ter lutado e conseguido vários benefícios para a sua região, em especial as 10 novas varas para Uberlândia. Destaco também a atuação firme da nossa Líder, Deputada

Elisa Costa, que conquistou com seu trabalho e sua liderança mais cinco novas varas para Governador Valadares. Da mesma forma, parablenizo a bancada norte-mineira, liderada pelo nosso amigo, Deputado Luiz Tadeu Leite. Montes Claros também será beneficiada com quatro novas varas. Isso é muito importante para o desenvolvimento de Minas Gerais e para que a Justiça chegue ao cidadão comum. Justamente no momento em que todo o País discute a atuação da Justiça, esta Casa dá exemplo, fazendo com que ela se torne mais acessível à população mineira. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

62ª reunião ordinária da 2ª sessão legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discursos Proferidos em 10/7/2008

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana; Srs. Deputados; Sras. Deputadas; público presente; e todos os que nos acompanham das diversas cidades de Minas Gerais pela TV Assembléia; voltamos a esta tribuna para comemorar, também hoje, um importante anúncio feito pelo Presidente Lula na semana passada. No momento em que o mundo inteiro discute o aumento do preço dos alimentos, o aumento da cesta básica, o Presidente Lula sai na frente, mais uma vez, com o lançamento, na quinta-feira da semana passada, de um plano ambicioso para o fortalecimento da produção de alimentos no Brasil. Na verdade, são dois planos. O primeiro, de incentivo à agricultura familiar; o segundo, aumentando a oferta de crédito para o agronegócio. O Presidente Lula acerta mais uma vez, porque o Brasil tem todas as condições de se firmar como o maior produtor de alimentos do mundo e de liderar esse setor nos próximos anos.

A meta anunciada pelo Presidente Lula é de certa forma ambiciosa, mas coerente. No programa de incentivo à agricultura familiar, denominado de Plano Safra Mais Alimentos, o Presidente quer que, nos próximos dois anos, a agricultura familiar no Brasil, além de aumentar a oferta de crédito, ofereça mais oportunidade para que o pequeno agricultor tenha acesso a equipamentos que aumentem sua produtividade. Entre essas metas está a possibilidade de financiamento de pelo menos mais 60 mil tratores para a agricultura familiar e de mais de 300 mil máquinas e implementos agrícolas.

Desde que assumiu o governo, o Presidente vem incentivando a agricultura familiar no Brasil, e a cada ano cresce o número de investimentos nesse setor. Hoje, estamos satisfeitos com o rendimento obtido, com os recordes e mais recordes de produção de alimentos que se verificam nos últimos anos.

Mas precisamos produzir ainda mais, porque a capacidade do Brasil de investir e aumentar a produtividade nesse setor é imensa.

Portanto, mais uma vez, queremos parabenizar essa iniciativa do Presidente Lula. Em seu discurso, no dia do lançamento desse programa, o Presidente foi muito feliz ao dizer que a visão de muitos agricultores familiares é apenas, às vezes, plantar uma mandioca, um milho para sua sobrevivência. O Presidente quer ir mais além, incentivando essas pessoas a plantar não só para comer, mas para vender. Sonhar com dias melhores, em poder comprar o seu trator, a sua máquina, um carro, a roupa do filho, colocar o filho na faculdade. Precisamos usar esse potencial do Brasil para se firmar como líder mundial.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Gostaria, Deputado Paulo Guedes - Deputado forte do Norte fraco -, de cumprimentá-lo pela homenagem que faz ao governo federal por ter ampliado os recursos para a agricultura familiar para R\$13.000.000.000,00, o que é muito importante nesta hora. A aquisição de máquinas e equipamentos necessários para que o pequeno produtor rural possa trabalhar tem sido largamente defendida por nós, na Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial. O governo vem fazer justiça aos pequenos produtores rurais, sobretudo ao agricultor familiar, que é a base da produção nacional.

Vemos com bons olhos os grandes produtores de soja, de milho e de outras grandes culturas e as empresas que cuidam disso, mas entendemos que precisamos deter a onda de decréscimo da população das pequenas cidades, na sua região como na minha. Temos 32% dos Municípios que perderam população, que foi para as cidades-pólo ou para as grandes cidades. Isso é um perigo danado. Se, na década de 70 e 80, tivemos um formidável êxodo rural, hoje está havendo um êxodo das pequenas cidades para as cidades de porte médio e para a Capital. E não há dinheiro no mundo que consiga preparar a infra-estrutura para receber a população que vem da zona rural e das pequenas cidades.

O Presidente Lula está correto, esse programa é bom. Lembro-me de que, em 1983, fiz o pequeno programa de agricultura familiar do meu Município. Muito antes de qualquer governo federal ter falado sobre isso, montamos o programa municipal de pólos agrícolas, oferecendo tratores agrícolas, sementes e transporte para as mercadorias, de graça; um belo trabalho, com grandes resultados, que nos obrigaram até a construir a Ceasa em Teófilo Otôni.

Neste instante, Deputado Paulo Guedes, é preciso que o Presidente tome essa decisão. Nós, que somos da base do governo, sem louvações excessivas, temos de destacar esse aspecto, porque o Brasil não é só a esperança do mundo; o Brasil está passando por um momento crítico em razão da alta dos alimentos no mundo inteiro. A cesta básica subiu 52% do ano passado para cá. Temos de produzir mais, muito mais, mas o que me intriga e temos de trabalhar aqui é a redução do custo dos fertilizantes, dos produtos necessários para a ampliação da produção.

Há necessidade também de que o Brasil, por meio da Petrobras e dos órgãos do governo, comece a investir pesadamente na extração do fosfato e de vários produtos. E temos, na nossa região, em Poté, uma grande jazida aflorada de calcário que nunca foi explorada. Ou melhor, foi explorada, há 20 anos, pela Comig, e não está sendo mais.

Cumprimento V. Exa. pela informação que nos traz, porque sei do sofrimento que sua região tem em relação à produção agrícola e à agricultura familiar. Meus parabéns, Deputado Paulo Guedes.

O Deputado Paulo Guedes* - Muito obrigado, Deputado Getúlio Neiva.

O Presidente foi feliz também ao dizer que, quando o mundo precisa comer, o Brasil tem o que dizer: "Venha comprar, que o Brasil tem para

vender". Essa frase resume tudo. Precisamos usar todo esse potencial. Há muitas terras paradas no Brasil inteiro, principalmente em nossa região, que poderiam estar produzindo.

Agora, com esse incentivo do governo, abrindo as portas dos bancos e das instituições financeiras para o pequeno produtor e aquele que nunca teve oportunidade, tenho a certeza de que a grande revolução de que este país precisa começará no campo e na produção, a fim de que, cada vez mais, se firme como o maior produtor de alimentos do mundo. Não tenho dúvida disso. Estamos convictos de que o governo está no caminho certo, ao incentivar a agricultura familiar, sem desprestigiar o agronegócio, pondo, a partir deste ano, mais R\$65.000.000.000,00 para também financiar a produção de alimentos para os grandes produtores.

Portanto fica aqui o nosso agradecimento ao Presidente Lula e à sua equipe de governo, que vêm enfrentando todos os problemas do Brasil. Um Presidente que pegou o País à beira do caos há cinco anos e, além disso, que corrigiu a economia, melhorou as condições de vida da população e tem melhorado a educação de forma significativa, com programas estruturantes como o ProUni, que está dando oportunidade a milhares de jovens que jamais poderiam sonhar um dia frequentar os bancos de uma faculdade. Hoje isso se tornou uma realidade no Brasil. A implantação de 214 escolas técnicas também é uma resposta positiva no setor educacional. Se falarmos da geração de emprego, veremos que já estamos beirando a marca prometida pelo Presidente há cinco anos. A sua principal meta, se chegasse ao poder, era gerar 10 milhões de empregos no Brasil. Nos próximos meses, essa meta será atingida. Até o final do próximo governo, podemos ousar e sonhar com 15 milhões de empregos com carteira assinada no Brasil. Esse é um momento histórico. Quando queremos fazer, fazemos. O Presidente Lula está dando essa demonstração não só para o Brasil, mas também para o mundo. Ele está agora visitando vários países, dando exemplo, vendendo os nossos produtos lá fora e mostrando a capacidade que este país tem de ajudar o mundo, de diminuir e matar a fome e a pobreza que atualmente é uma das grandes preocupações mundiais. O Brasil tem muito a oferecer. Quando o governo põe recursos e investimentos para a agricultura familiar e o agronegócio, está dando uma resposta positiva de que o Brasil se firmará ainda mais como uma potência mundial. Hoje já somos auto-suficientes na questão do petróleo e temos muito mais para oferecer ao mundo. Tenho a certeza de que, até o final deste governo, muitas notícias boas ainda virão. Gostaria de agradecer ao Presidente Lula, ao PT, que fez com que, em cinco anos, virássemos uma página negra da história do Brasil para torná-lo um país alegre, do futuro e das oportunidades.

Sr. Presidente, quero ainda dizer que estou preocupado. Recentemente estive visitando as cidades de São Francisco, Manga, Matias Cardoso, Januária e São Romão. A grande preocupação hoje daquela região ribeirinha do Norte de Minas é com a volta das cianobactérias ao Rio São Francisco. Mais uma vez, aproveitamos este espaço para debater isso e cobrar das autoridades competentes, do governo do Estado, da Copasa, das Prefeituras e da Região Metropolitana de Belo Horizonte que façam o dever de casa, a fim de diminuir a contaminação, ou seja, os esgotos que estão sendo despejados no Rio das Velhas e que, por sua vez, caem no Rio São Francisco, causando enormes prejuízos para a população da nossa região. Fica aqui o nosso apelo e esse registro de que o Norte de Minas e o povo ribeirinho estão atentos e cobrarão com mais ênfase uma resposta do governo e das autoridades competentes do setor.

Quero ainda registrar uma revolta que, a cada dia, se aprofunda em nossa região, quanto à perseguição do DER ao transporte alternativo no Norte de Minas. O direito de ir e vir naquela região está sendo coibido, proibido de forma ostensiva por parte do DER. Há barreiras em todas as cidades, inclusive as pequenas, que ainda não têm sequer linha de ônibus e onde as empresas Transnorte, Gontijo e Santo Antônio não cobrem.

Sabemos que o "lobby" dessas três empresas tem fortalecido, em nossa região, a atuação do DER, que proíbe as pessoas que precisam ir a Montes Claros fazer um tratamento de saúde, de alugar um táxi para se deslocar até a cidade. Por exemplo, pessoas que moram em Miravânia, Campo Azul, Bonito de Minas, enfim, em lugares onde essas empresas ainda não atuam, estão tendo cada vez mais dificuldades. O DER está realizando uma operação pente-fino no tocante à fiscalização do transporte alternativo, proibindo os taxistas da região de prestar serviços. Na cidade, não há serviço para um taxista, por exemplo, dos Municípios de Manga, Capitão Eneas ou São Francisco. Ninguém pega um táxi em Manga para ir do centro da cidade a um bairro, pois a cidade é pequena. As pessoas que precisam de um táxi em Manga, Missões ou qualquer cidade da nossa região alugam-no para ir de uma cidade a outra, mas esse direito está cerceado na região. O DER está fazendo uma fiscalização rigorosa, está promovendo uma perseguição aos taxistas.

Deixo aqui, mais uma vez, o nosso repúdio por essa atitude, porque ela prejudica as pessoas, os pais de família, que deixam de trabalhar e, conseqüentemente, de colocar comida na mesa para seus filhos. Por isso, quero que o DER pense duas vezes, desejo que o governo tome uma atitude. É estranho como o DER atua de forma brilhante - nunca vi tanto trabalho - para perseguir os taxistas. Trabalham dia e noite! Esse órgão é incapaz de cumprir sua tarefa de fiscalizar as rodovias, no que tange a outros aspectos. Animais estão nas pistas do Norte de Minas, onde acontecem acidentes diariamente, com atropelamentos de cavalos, jegues e vacas. O DER não resolve esse problema, o que é seu dever, mas persegue taxistas. Isso ele faz com brilhantismo! Portanto, registro a nossa indignação contra a atuação do DER em nossa região.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Rinaldo - Sr. Presidente, caros colegas, pessoas que nos visitam, telespectadores da TV Assembléia. Sr. Presidente, estamos hoje, nesta tribuna, primeiramente para agradecer aos colegas Deputados pela votação, em 1º turno, ontem, do nosso projeto de lei, que autoriza o governo do Estado a doar ao Município de Divinópolis algumas áreas que serão futuramente transformadas em centros industriais. Isso será de grande importância para Divinópolis, uma vez que empresas estão querendo se instalar em nosso Município, que não possui uma área para doar-lhes. Com esse projeto de lei, teremos três boas áreas a serem transformadas em centros industriais.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna tratar também do nosso projeto de lei complementar que muda a lei de licença-maternidade de 120 dias para 180 dias, para as servidoras do Estado. Em nosso país, 10 Estados já contam com a ampliação da licença-maternidade para 180 dias, uma vez que é de grande importância para a mãe e para o recém-nascido. Sabemos que a presença da mãe, bem como a amamentação durante esses 180 dias, são importantes para a saúde física e psíquica da criança, visto que sua saúde e sua personalidade estão em formação. Essa lei foi aprovada em outros Estados e contou com a aceitação do governo e da população. O nosso projeto de lei complementar foi encaminhado pela Comissão de Constituição e Justiça ao governo do Estado para análise, uma vez que gera gastos para o erário.

Pedimos o apoio dos colegas Deputados ao nosso projeto de lei complementar, uma vez que já contamos com o apoio da bancada feminina desta Casa, que faz coro conosco. Queremos que nossos colegas nos ajudem a sensibilizar o Governador para aprovarmos esse projeto de lei que é muito importante para as famílias mineiras. Se a licença for de 180 dias, teremos crianças mais saudáveis. A mãe, ao voltar ao trabalho, interrompe a amamentação. Ela deixa em casa o leite materno, que será dado numa mamadeira. Com isso, a criança perde a força de sucção e não continuará a mamar no peito no período em que a mãe estiver junto dela. Portanto, em nome da saúde das nossas crianças mineiras, solicitamos o apoio desta Casa e do nosso Governador para aprovarmos esse projeto de lei. Obrigado, Sr. Presidente, pela cessão da palavra.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público, telespectadores da TV Assembléia, gostaria de abordar diversos assuntos nesta tarde. Vou iniciar por um assunto que me é muito caro, aproveitando a presença neste Plenário do nosso nobre colega Deputado Gustavo Corrêa, que está conduzindo a política da juventude em nosso Estado.

Colega Gustavo, recentemente, visitamos uma das unidades da Fundação Caio Martins. Tivemos a oportunidade de conversar com V. Exa. sobre essa importante ação do governo do Estado na ampla região da Bacia do Rio São Francisco, com várias unidades no Norte e Noroeste de Minas, e percebemos duas frentes principais. De um lado, há uma urgente necessidade de revisar a metodologia do trabalho da Fundação Caio Martins. Sabemos que os resultados são muito bons, apesar de toda a dificuldade de infra-estrutura que a Fundação vem atravessando. Os

resultados são fruto de muita dedicação e esforço dos servidores da Fundação Caio Martins, cujo método é antigo - foi criado há 60 anos e certamente vem sendo adaptado ao longo desse tempo - e carece de uma leitura renovada para que o trabalho da Fundação possa ampliar seu mérito. Outro aspecto diz respeito efetivamente a problemas estruturais, desde os alojamentos até o processo das oficinas profissionalizantes, que são ministradas regularmente aos alunos. A expressão pode ser forte, mas o quadro realmente é de abandono.

Tenho conversado muito com o Deputado Fahim Sawan, que passou pela Secretaria, conheceu de perto a Fundação Caio Martins e fez um planejamento de intervenção. Queremos discutir o assunto. Aproveito a presença do Deputado Gustavo Corrêa para solicitar, com o Deputado Delvito Alves, que também tem interesse, uma visita para que possamos aprofundar a conversa, a discussão e a avaliação e colaborar com soluções efetivas.

O quadro é tão grave que, nas últimas semanas, realizamos uma mobilização regional para conseguir doações de cobertores e lençóis para as crianças da unidade do Uruçuia.

Portanto, é a revelação de que é preciso haver uma intervenção urgente, um olhar atento e cuidadoso, assim como sabemos que é a intenção, o carinho e o trabalho do Deputado Gustavo Corrêa.

O Deputado Delvito Alves* - Obrigado, Deputado Almir Paraca. Quero manifestar a nossa solidariedade ao Deputado e dizer que recentemente estive na Fundação Caio Martins, que fica localizada no Município de Riachinho. Fiz uma visita pela primeira vez e tive a oportunidade de conhecer a Fundação. É bastante oportuna essa mensagem que V. Exa. traz ao povo mineiro, sobretudo ao povo do Norte e do Noroeste de Minas, principalmente quando se encontra presente, neste recinto, o nosso Secretário de Esportes. Estivemos reunidos na Fundação Caio Martins, Sr. Deputado e Sr. Secretário. Realmente, a situação da Fundação sensibilizou-nos bastante. Aliás, em uma manifestação aos moradores daquela comunidade, eu disse que faria de tudo para que o nosso Secretário de Esportes, nosso amigo de Partido e companheiro, uma das pessoas que me recebeu tão bem aqui, nesta Casa, comparecesse lá. De agora em diante, Deputado Almir Paraca, quero abraçar esta causa junto a V. Exa. e fazer um convite formal ao nosso Secretário, para que ele, junto com outros Deputados e outras representações políticas, faça uma visita à Fundação. Acreditamos muito na alta sensibilidade social desse jovem Secretário. Na verdade, Deputado Almir Paraca, é necessária uma revisão, mas, como existe boa-vontade, bom senso e boa ação política, com certeza vamos colher resultados extremamente positivos. Acreditamos muito que o nosso Secretário Gustavo Corrêa fará uma visita à Fundação Caio Martins, onde, salvo engano, existem hoje aproximadamente 126 crianças - 26 das que se encontram internadas são da minha cidade, Unai.

É interessante, Deputado, pois fiz questão de conversar com várias crianças de 8, 9, 10 e 12 anos de idade, e o importante é que elas se sentiam bem. Mesmo diante da desconfortável situação em que vivem na Fundação Caio Martins, elas querem ficar lá. Temos de aproveitar essa oportunidade e fazer com que o nosso Secretário nos acompanhe, Deputado Almir Paraca, para fazermos uma visita à Fundação. Já me informei, e lá existe um campo de pouso registrado. O avião pousa ao lado da Fundação, e tenho certeza de que não dificultará a saída do nosso Secretário de Belo Horizonte. Estando lá, ele se sensibilizará muito com a situação da Fundação. E já que ela é ligada à Secretaria de Esportes e Juventude, naturalmente isso trará bons resultados, não para nós, parlamentares, mas sim para aqueles que vivem e dependem da Fundação, no Norte e Noroeste de Minas. Muito obrigado.

O Deputado Almir Paraca* - Ficaremos aguardando a ocasião dessa visita, que certamente reforçará a visão que o Secretário já tem. Já tivemos oportunidade de conversar, e ele conhece bem a entidade. Trata-se de uma entidade importantíssima para a nossa região. Esperamos que ela alcance e recupere a dimensão do trabalho que já teve outrora, quando era motivo de orgulho para o Governador do Estado. Durante muitos períodos, passando por vários Governadores e missões diversas com autoridades estrangeiras em visita ao Brasil, o trabalho exitoso da Fundação Caio Martins era apresentado como um exemplo de educação para o homem do campo em Minas Gerais.

Portanto agradecemos antecipadamente a acolhida generosa da proposta apresentada ao Deputado Gustavo Corrêa, para que possamos fazer uma revisão ampla e recuperar o "status" e o trabalho, a oferta desse serviço público de qualidade para as crianças e os jovens acolhidos nas diversas unidades da Fundação Caio Martins. A Fundação traz, na sua distribuição geográfica, um registro da necessidade da bacia do Rio São Francisco.

Sr. Presidente, quero falar de outro assunto que, por inúmeras vezes, me trouxe a esta tribuna. Trata-se do programa Luz para Todos. Já dissemos - é consenso - que todos os parlamentares desta Casa têm, em alguma região da sua base eleitoral, cobrança e demandas em relação à retomada do programa Luz para Todos. Há um ano, o programa foi interrompido, e nesse tempo, desde 19 de abril do ano passado, iniciamos uma série de audiências públicas no interior, na Assembléia, discutindo ora com o público do programa, os agricultores familiares, os pequenos agricultores do interior do Estado, ora com os gestores da Cemig, da Eletrobrás, do Ministério de Minas e Energia, e mesmo do governo do Estado. Ocorre que, apesar de tanta discussão, somente agora foi celebrado o contrato para a retomada do programa, estabelecido o número de ligações - 55 mil no último contrato, número muito aquém da necessidade -, estabelecido o valor de R\$7.800,00 por ligação, e ainda estamos assistindo, novamente, a uma grande demora na retomada do programa Luz para Todos em Minas Gerais.

O edital para a licitação pública, o qual já foi anunciado várias vezes pela Cemig que será por pregão eletrônico, a fim de agilizar e dar mais transparência ao processo, não sai. Há duas semanas, acompanhamos os anúncios. Dizem que vai sair na segunda-feira, mas não sai; que vai sair na quinta, mas não sai; na próxima segunda-feira, mas certo é que, até hoje, Sr. Presidente, o edital do programa Luz para Todos não foi publicado. A informação de hoje é de que ele ainda está passando por uma revisão técnica para ser anunciado.

Portanto fica aqui novamente o nosso apelo para que a Cemig agilize o edital da concorrência pública do Luz para Todos. Que esse programa possa ser retomado e possa levar ao agricultor familiar, ao homem do campo, o conforto necessário e a possibilidade efetiva de beneficiar sua produção, ampliando assim sua renda e sua qualidade de vida.

Quanto ainda ao Luz para Todos, estamos acompanhando de perto. Em toda oportunidade que temos de encontrar um extensionista da Emater, encarregada pelo Governador do Estado para promover o recadastramento de toda a demanda no Estado de Minas Gerais, nós o consultamos a respeito de como está sendo feito o cadastramento. E a constatação é a mesma de sempre: faltam instrumentos, falta GPS. A Cemig ficou de fornecer mais um grande quantitativo de GPS para a Emater, mas ainda não o fez. O Governador do Estado autorizou a liberação de R\$1.000.000,00 para custear essa estrutura da Emater, para abastecer os carros e garantir a chegada dos extensionistas até o meio rural, a cada uma das unidades, a fim de se fazer a demarcação, a delimitação, traçar as coordenadas geográficas por GPS de cada ponto, fundamental para que o programa possa ser planejado, possa ser retomado sem interrupções. A falta de GPS tem dificultado muito o trabalho da Emater. A previsão para a conclusão dos trabalhos é final de agosto, e estamos percebendo que chegaremos lá sem a conclusão do recadastramento.

Além disso, a Cemig enviou dados para a Emater de 50 mil cadastramentos para serem refeitos; porém hoje, conversando com Diretores da Emater, na abertura da III Feira da Agricultura Familiar de Minas Gerais, colhi desses Diretores a informação de que esse número é muito superior, aproximando de 200 mil novos cadastros.

Portanto, cobraremos da Cemig e da Emater a conclusão desse levantamento, para que possamos dispor de bases concretas para rediscutirmos com a Cemig, com a Eletrobrás e com o Ministério das Minas e Energia a programação do atendimento, em nosso Estado, do Programa Luz para Todos, que é fundamental para promover o desenvolvimento de vastas regiões deprimidas. Considerando-se a urgência e a necessidade

de se ampliar a produção de alimentos para o Brasil e para o mundo, o Luz para Todos é decisivo e fundamental.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas que nos acompanham aqui, na Casa do povo mineiro, e pela TV Assembléia, temos mantido um ritmo intenso de trabalho em razão de vários projetos a serem analisados e votados, bem como junto às nossas bases. Nos últimos dias, estivemos em alguns locais e verificamos vários problemas. Entendo ser apropriado trazê-los ao conhecimento desta Casa, a fim de buscarmos, para algumas questões específicas, o apoio de todos os colegas.

Começo pela minha querida Divinópolis. Numa ação que repercute por todo o Centro-Oeste mineiro, alcançando o Sudoeste do Estado, estamos envolvidos em um debate importante. Precisamos, em meu entendimento, aprimorar a forma como está sendo feito o processo de concessão que permite a parceria público-privada para melhoria, duplicação em boa parte, construção de obra-de-arte que melhore a MG-050, rodovia que liga Belo Horizonte a São Paulo, começando em Juatuba, passando por Mateus Leme, Itaúna, Divinópolis, até chegar à região de São Sebastião do Paraíso. Temos nos empenhado para que essa rodovia melhore. Nela se instalou um problema, que precisa ser resolvido, pois está trazendo transtornos e prejuízos a muitas pessoas, o que muito me preocupa. Por isso, estou empenhado na busca de uma solução. Refiro-me ao pedágio. Infelizmente, pagamos muitos impostos. Nota-se, não só em Minas Gerais, mas também em todos os Estados, que as melhorias nas rodovias ocorreram simultaneamente à instalação dos pedágios, visto que o dinheiro arrecadado foi utilizado para melhorar, ampliar e oferecer segurança. No entanto, é preciso ter cuidado para que essa instalação não se transforme em um problema, ao invés de ser uma solução.

Temos alguns casos específicos, que apresentam problemas, os quais precisamos enfrentar e resolver. De maneira objetiva, citarei o caso de um pedágio, mas essa citação serve para outros casos, pois, ao todo, são seis pedágios entre Juatuba e a divisa com São Paulo. Foi instalado um pedágio, com o qual não concordei. Manifestei-me contra sua instalação, por meio de inúmeros apelos ao DER. Conversei também com os representantes da concessionária Nascentes das Gerais e disse-lhes que não era apropriado instalar pedágio entre Divinópolis e São Sebastião do Oeste.

Alertamos também sobre o pedágio que está entre Piumhi e Capitólio. Mas, especificamente quanto a esse de Divinópolis a São Sebastião, a situação ficou crítica, porque São Sebastião do Oeste é uma pequena cidade para a qual Divinópolis funciona como uma metrópole. É como se fosse uma região metropolitana.

Guardadas as devidas proporções, seria como a relação que Belo Horizonte tem com Contagem e Betim. Há centenas de pessoas que moram em uma cidade e trabalham em outra; moram em uma cidade e estudam em outra; ou seja, muitas pessoas têm uma relação diária, cotidiana, de trafegar por aquela rodovia quase como se ela fosse uma rua. Obviamente, isso está trazendo prejuízos e injustiças.

Uma coisa é você pagar um pedágio para se deslocar num trecho de aproximadamente 100km e, a cada trecho, pagar um pedágio para ter uma rodovia duplicada, com viadutos, trincheiras e segurança para o pedestre que atravessará a rodovia e para o motorista. Assim, salvam-se vidas, e a viagem fica mais rápida, sem buracos na pista. Nesse caso, você se desloca por um trecho grande e, com o pedágio que paga, de certa forma, economiza tanto na manutenção do seu veículo como com combustível. Então, há uma justificativa. Porém, para o caso de um cidadão que trafega poucos quilômetros, porque tem, por exemplo, um sítio a 500m do pedágio ou tem de trabalhar ou estudar e fazer duas ou três vezes por dia a passagem de ida e volta, não há como agüentar essa situação.

Portanto, é preciso que haja um tratamento diferenciado. Quando da instalação dos pedágios, já havia alertado sobre a questão, e me falaram que seria analisado caso a caso. Como isso está demorando, os moradores começam a parar a rodovia. Assim, além do prejuízo que estão tendo, prejudicam aqueles que trafegam por ali e já estão tendo de pagar o pedágio, e ainda têm de ficar parados no engarrafamento. Esse problema precisa ser enfrentado.

Já fizemos contato com o DER, com o Secretário de Obras do Estado e com a empresa concessionária. Ouviremos também os moradores, porque entendemos que o próprio morador ou o cidadão que está se sentindo prejudicado não tem prazer nenhum em fazer piquete para parar a rodovia e ainda se expor a riscos. Na verdade, ele quer apenas uma solução para o problema; então, estaremos ao lado desse cidadão. Nessas horas é importante estar ao lado das minorias. Talvez vezes alguém possa pensar que se trata apenas de algumas dezenas de pessoas que estão reclamando. Ora, cada cidadão tem de ter o seu direito respeitado.

Entendo que haveremos de encontrar uma solução para que possamos ter a melhoria da rodovia, uma luta antiga. De fato, levantamos a bandeira de que a rodovia precisa ser melhorada. Teremos a construção de viadutos, trincheiras e passarelas, nas áreas urbanas das cidades atravessadas pela MG-050 - especialmente Divinópolis, a maior cidade cortada pela rodovia -, com o dinheiro que está sendo arrecadado. Já há uma previsão, um calendário das obras que serão executadas. Esse é o lado positivo. Não podemos deixar que alguns paguem um preço mais caro ou sejam injustiçados. Esse é o primeiro assunto.

Sr. Presidente, quero fazer comentários sobre outras situações extremamente importantes e positivas. Começo por duas visitas que fiz à minha querida São João del-Rei nos últimos dias. Recentemente, fui convidado por uma associação de produtores rurais do Campo das Vertentes. Estive na Universidade Federal de São João del-Rei, num encontro que teve o apoio da Epamig. Estava ao lado do nosso grande Presidente da Epamig, o ex-Deputado Baldonado Napoleão, e de diversos produtores rurais. Ali vivi um momento que, mais uma vez, dá-me motivação para continuar sendo um cooperativista, um defensor do associativismo.

Pequenos produtores associando-se e conseguindo avançar, em que pese às dificuldades da vida no campo para produzir alimentos. Parabeno a Associação dos Produtores Rurais do Campo das Vertentes, o Sindicato Rural de São João del-Rei, os sindicatos rurais das cidades vizinhas, a Epamig e a Universidade Federal de São João del-Rei, por aquele belo encontro, onde técnicas agrícolas e problemas que envolvem a atividade do produtor de leite foram debatidos em busca de soluções.

Já nesta semana, voltei a São João del-Rei, agora para comemorar os três anos da instalação do 38º Batalhão de Polícia. Aqui cabe um relato.

Em 2004, no meu primeiro mandato aqui, nesta Casa, quando também era Deputado o atual Prefeito de São João del-Rei, Sidinho do Ferrotaco, fomos ao Comando-Geral da Polícia - na época, o Comandante era o Sócrates -, para que a companhia de polícia fosse emancipada à condição de batalhão, tendo em vista o alto índice de criminalidade naquela cidade histórica, que é pólo no Campo das Vertentes. É claro que sabíamos que, no que dependesse do Governador, teríamos apoio, mas era preciso uma decisão do Comando. Todos sabemos que o Governador é um homem que respeita as decisões técnicas da sua equipe. Ele não tomaria uma decisão, pelo mero capricho de criar um batalhão, se não houvesse uma justificativa. Mas, nós, representantes do povo, temos de levar o reclame, as reivindicações. Em São João del-Rei, a Câmara Municipal também se mobilizou, assim como a associação comercial, diversas entidades locais e vizinhas.

Para a nossa alegria, o nosso pedido foi atendido, e obviamente, o das demais lideranças. É hora de comemorarmos, sim. A instalação do 38º Batalhão de Polícia Militar em São João del-Rei, nobre Deputado Almir Paraca, que ora preside esta reunião, trouxe-nos resultados concretos, que justificam o bom investimento do dinheiro público em segurança. A redução de crimes violentos nesses últimos anos, a partir da instalação

do 38º Batalhão em São João del-Rei, foi de 70%. E olhem que alcançávamos níveis assustadores, com várias mortes por semana. Seriam insignificantes 70% de 4 homicídios por ano. Uma vida é muito, mas me refiro a 70% de um índice de criminalidade altíssimo naquela ocasião - um dos maiores que estavam ocorrendo em Minas Gerais. Tivemos, pois, uma redução muito significativa. Portanto quero parabenizar o Comando da Polícia Militar por essa decisão acertada; o Comandante Milton, que hoje comanda o 38º Batalhão; e especialmente o Governador Aécio Neves, por ter atendido, em boa hora, a esse pedido.

Sr. Presidente, neste momento, Minas Gerais se mobiliza por meio dos sindicatos rurais, das Prefeituras, num período tradicional de realização de exposições agropecuárias no interior. Aqui, em Belo Horizonte, tivemos a Superagro, grande evento realizado no Parque da Gameleira, no início de junho. Na sua seqüência, temos uma profusão de eventos na zona rural. Volto a dizer que sou produtor rural, fui Presidente de sindicato, portanto conhecedor da área, e sei que esses eventos são feitos, às vezes, com muito sacrifício dos produtores. Durante muito tempo, num passado muito distante, começando no Brasil colonial, e depois, na República Velha, o produtor rural... De fato, quando o Brasil tinha grandes latifúndios - ainda somos uma das maiores potências agrícolas do mundo -, era um país rural, com mais de 70% de sua população na área rural. Hoje a situação se inverteu totalmente, e o percentual da população na zona rural está cada vez menor. Naquela época, ser produtor rural ou fazendeiro - como se enchia a boca para dizer - era sinônimo de uma figura poderosa, rica, que reunia poder político, além do poder econômico. É preciso dizer isso, porque hoje, infelizmente, essa cultura do passado tem prejudicado a compreensão, por parte de quem vive nas cidades, de como é a vida de produtores e trabalhadores rurais. Aliás, 90% a 99% das atividades agropecuária e agrícola do Brasil são compostos por microprodutores, pequenos e médios produtores. São pessoas assalariadas, cuja renda mensal, na maioria das vezes, não chega a três salários mínimos, e têm uma enorme dificuldade de manter a sua família e educar um filho. Antigamente, não. Mandavam filhos até para a Europa. Mas eram barões, e a realidade era outra. Essa cultura ficou na cabeça de algumas pessoas.

É uma luta alguém produzir o leite, o arroz, o milho e a verdura que vai para a feira. E agora esses mesmos produtores realizam exposições agropecuárias, que se transformaram em eventos culturais em todo o interior. Já estive em vários deles. Aliás, na semana passada, estive em Luz e na minha querida Divinópolis, e agora estaremos em Dolores. Hoje irei para Pompéu, e amanhã estaremos em Oliveira. Fica parecendo que sou um sertanejo que fica rodando as exposições. A verdade é que sou do campo e me orgulho de ser produtor rural, por isso temos de lutar por eles.

Quero encerrar dando uma boa notícia. Depois de muita peleja e muita luta, conseguimos fazer com que, no fim da semana passada, fosse publicado um decreto reformando o antigo Decreto nº 44.309 e amenizando uma série de problemas. Ainda não resolve, mas ameniza uma série de equívocos que estavam sendo cometidos contra os produtores rurais. Trata-se de muitos exageros e equívocos em questões ambientais.

O produtor rural é o primeiro a querer defender o meio ambiente, porque ele precisa do meio ambiente saudável para produzir. Imaginem um produtor rural que capta a água de um córrego para beber e para matar a sede da sua família; antes desse novo decreto, se ele não tinha a outorga dessa água e era pego, visitado por alguém da Polícia Florestal, ele recebia uma multa de R\$20.000,00, não tendo ele conhecimento disso. Da mesma forma, se ele fazia a limpeza de um rego d'água que alimenta e mata a sede das suas criações, multas abusivas lhe eram aplicadas. Além disso, a dificuldade para se conseguir essas outorgas eram enormes.

Então, com esse decreto, que conseguimos depois de lutarmos muito, essa matéria passou a ser tratada da maneira correta, ou seja, continua sendo obrigatório preservar o meio ambiente, mas é preciso parar de tratar o produtor rural como bandido, como criminoso. Até para tirar água para beber e para tratar da sua família, ele é multado. Isso é inaceitável. Conseguimos a mudança desse decreto; por isso, neste momento em que as exposições agropecuárias ocorrem no meio rural, em todos os lugares, procuro fazer o esforço de estar presente no Centro-Oeste, no Campo das Vertentes, regiões em que atuo. Nem tanto pelas festas, porque, às vezes, nos fins de semana, gostamos de descansar ao lado da família, mas a nossa presença é importante para encontrar o produtor rural e os cidadãos que também querem nos cobrar melhorias para as suas regiões, assim como uma informação precisa sobre o que está sendo feito.

Assim trago a notícia positiva de que essa mudança já está posta em prática, isto é, ela já é, de fato, uma mudança que passou a ser lei. Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo que me concedeu.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, nobres colegas, senhoras e senhores que nos acompanham das galerias e pela TV Assembléia, imprensa, funcionários da Casa, o primeiro assunto que me traz a esta tribuna diz respeito a alguns investimentos que certas empresas mineradoras e produtoras de eucalipto estão fazendo em nosso Estado.

Começo dizendo que a Votorantim Metais triplicará a produção de níquel, de 6.000t por ano para 18.000t por ano, da unidade em Fortaleza de Minas, no Sul do Estado, a partir de 2010. Para viabilizar o incremento, a empresa fechou um contrato de US\$1.000.000.000,00 com a empresa australiana Mirabela Mineração do Brasil. O níquel responde por 23% do faturamento total da Votorantim Metais. O zinco, principal produto da companhia, respondeu por 44% da receita do ano passado.

A divisão de metais do grupo reúne ativos industriais para a produção de aço, níquel, alumínio e zinco, e faturou R\$6.600.000.000,00 em 2007. A Votorantim tem investido muito nas MGs. Há cinco meses, anunciou R\$763.000.000,00 em aportes no Estado, com ampliação nas unidades de Vazante e Três Marias. A empresa tem ainda unidades em Paracatu e Juiz de Fora.

O Projeto Itabiritos, da Vale, prevê investimentos da ordem de R\$766.000.000,00 em Nova Lima, na Mina Vargem Grande, e em Itabirito, na Mina do Pico, para aproveitamento de minério de ferro de qualidade inferior. A Gasmig irá construir um gasoduto, de Brumadinho a Nova Lima. Será feita a pelotização e a concentração de um minério de ferro de qualidade inferior que será aproveitado, agregando valores para consumo interno e exportação.

A Aracruz, maior produtora de celulose do mundo, está praticamente decidida a investir em Minas Gerais. Os entendimentos estão em fase final. Esperamos que isso ocorra, pois será muito bom, principalmente para a região de Governador Valadares, onde há grande probabilidade de ela se instalar. Isso tem muito que ver com a pressão, com o trabalho dos nossos companheiros e do Governador, mas também se deve ao fato de Valadares dispor de área disponível e prestar atendimento por meio de boas rodovias para escoamento - a Estrada de Ferro Vitória-Minas, para exportação, e a Rio-Bahia e a BR-381, para escoamento interno, ambas rodovias de potencial extraordinário. Quanto aos investimentos da Aracruz em Minas Gerais, estão previstos de R\$2.000.000.000,00 a R\$5.000.000.000,00 para os próximos 15 anos.

Há demanda de mais ou menos 180ha, com 120ha para plantio de eucalipto. Em Conselheiro Pena, a Aracruz possui um viveiro de mudas de clones de eucalipto. Torcemos para que ela se instale o mais rápido possível, para a alegria de todos nós.

Cumprimentamos o Governador Aécio Neves, que tem se empenhado, além de várias outras autoridades e lideranças, e destacamos a participação da Deputada Elisa Costa e do Deputado Jayro Lessa, que representam o povo daquela região nesta Casa. Estamos acompanhando o processo, como membro e Presidente da Frente Parlamentar da Silvicultura, e torcendo pelo sucesso desse empreendimento de Governador Valadares e de Minas Gerais, assim como pelos investimentos e pelas expansões das indústrias minerárias, cuja frente parlamentar também presido.

Desejo falar também da Gerda, que irá inaugurar a Coqueria nº 2, da Usina Presidente Arthur Bernardes, em Ouro Branco, com investimento

de R\$100.000.000,00. Há cerca de 23 anos, não se construía uma coqueria nova no Brasil.

Essa coqueria faz parte da expansão do Grupo Gerdau e emprega hoje, só na execução do equipamento, 1.200 funcionários. Essa usina está em expansão, e passará a sua capacidade produtiva de 3.000.000t por ano para 4.500.000t por ano. O investimento total é de R\$1.500.000.000,00. Por isso queremos dizer da importância de as frentes parlamentares desta Casa acompanharem o desenvolvimento: quando essas indústrias ou empresas cometem alguma infração, também temos a obrigação, e o fazemos, de repreendê-las, mostrar-lhes o erro e exigir a correção da falha que por acaso se verificar. Mas precisamos reconhecer que é possível conciliar mineração, desenvolvimento e equilíbrio ambiental com responsabilidade e sustentabilidade.

Vou referir-me agora à Usiminas. O Governador Aécio Neves recebeu ontem, do Presidente da Usiminas, o empresário Marco Antônio Castello Branco, a informação de que a empresa vai ampliar em US\$4.200.000.000,00 seus investimentos em Minas Gerais. Até 2012, a empresa vai investir US\$14.100.000.000,00 na ampliação da capacidade de produção de aço e mineração, modernização das usinas, redução de custos e preservação ambiental. O grupo, hoje o maior complexo siderúrgico de aços planos da América Latina, vai construir uma terceira usina, com capacidade para 5.000.000t de aço por ano, em Santana do Paraíso, cidade vizinha e praticamente contígua a Ipatinga. Segundo informou a empresa, o aumento do volume de investimentos, originalmente previstos em US\$9.900.000.000,00 até 2015, tem o objetivo de consolidar a liderança da Usiminas no mercado interno e criar bases mais sólidas para futuros movimentos de internacionalização. A nova usina a ser implantada em Santana do Paraíso abastecerá com placas de aço as usinas de Ipatinga e Cubatão, além do mercado externo. O grupo vai investir US\$5.700.000.000,00 na construção dessa unidade. Só na fase de construção, a usina vai gerar 16 mil empregos durante as obras, e 3.500 empregos a partir do início da operação.

Quero dizer ainda que Minas Gerais alcançou, em março deste ano, a marca dos R\$168.600.000.000,00 dos investimentos anunciados desde 2003 e com implantação prevista até 2012. Os investimentos de empresas privadas representam mais de 66% desse total, com R\$122.000.000.000,00, entre projetos de expansão e implantação de novas unidades em várias regiões de Minas. A previsão é que 321.500 postos de trabalho sejam criados no período. A produção industrial mineira cresceu, pois, 8,61% em 2007, acima da média nacional, que foi de 6,02% no mesmo período. Em 2008, nos cinco primeiros meses, o crescimento acumulado foi de 6,7%, também superando o desempenho médio da indústria brasileira, de 6,2% de expansão no mesmo período, segundo dados do IBGE.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e público que nos assiste pela TV Assembléia, pediremos, da tribuna, que seja transcrito para os anais da Casa uma reportagem escrita por Homero Gottardello, do caderno "Mundo Motor" do jornal "Hoje em Dia", que parece antiga - ele escreveu há aproximadamente quatro meses, em 29/3/2008 -, mas a situação está se agravando. Mais uma vez, trago o assunto referente aos flanelinhas, para alertar principalmente as autoridades da área de segurança pública que trabalham na nossa Capital. (- Lê:)

"Ruas foram loteadas por achacadores. Quem possui um automóvel com valor de mercado entre R\$15.000,00 e R\$20.000,00 não gastou menos que R\$800,00 só para o licenciamento do veículo neste ano. Bom, se o proprietário deste carro usá-lo diariamente para ir e voltar do trabalho, pagando estacionamento rotativo, vai desembolsar entre R\$50,00 e R\$100,00 por mês. Resumindo, o cidadão paga até R\$1.400,00 por ano só para ter o direito de rodar e estacionar seu automóvel na rua, em Belo Horizonte. Esses valores são supostamente usados para conservação da infra-estrutura viária e - difícil de acreditar - até para instituições de caridade. Em uma sociedade tão justa, daria para imaginar que, com tanta despesa, o sujeito pudesse parar seu automóvel sem maiores riscos, mas sabemos que os índices de criminalidade nunca estiveram tão altos, e nem mesmo as Forças Armadas poderiam dar esse tipo de garantia.

O problema não seria maior se a coisa parasse por aí. Mas não pára. De uns 15 anos para cá, as ruas foram loteadas por quadrilheiros que se apossaram do espaço público. Conhecidos como flanelinhas, esses sujeitos, que, antes se limitavam a lavar carros, passaram a extorquir os cidadãos, cobrando pelo tempo de permanência em 'suas' vagas. De uns dois anos para cá, incentivados pela impunidade, eles adotaram uma nova metodologia, de exigir o dinheiro adiantado.

A situação atual dos flanelinhas na cidade é uma questão de segurança pública. Conversei com um magistrado recentemente, e ele foi taxativo, afirmando que, se a omissão policial persistir, os 'guardadores de carro' podem se tornar uma força criminosa equivalente aos traficantes. Para o Juiz, o fato de sua atuação ser tolerada, como um direito ao trabalho, pode encorajá-los a se organizarem em verdadeiras máfias.

Na prática, o cidadão de bem, que cumpre com suas obrigações e paga seus impostos, está nas mãos dessa gangue. E, como a maioria das pessoas não tem coragem de reagir, enfrentando grupos de flanelinhas que chegam a ter mais de 20 pessoas, temendo pelo arrombamento de seu veículo, quando não pela própria vida, o jeito é desembolsar mais dinheiro para a bandidagem. O pior de tudo é que alguns deles vêm usando coletes, aparentemente fornecidos pela Prefeitura, que - mesmo sem ter esse significado - funcionam como uma espécie de concessão para o achaque. Nas portas de teatros, feiras e estádios, as brigas são cada vez mais frequentes, mostrando que a sociedade civil não suporta mais esta 'carga tributária'.

Será possível que, dentre todos nossos representantes políticos, nenhum se sensibilize ou mesmo se sinta molestado, como vítima, com este quadro?."

Tem chegado muita reclamação para nós sobre a questão dos flanelinhas, que, até há alguns anos, tinham a função de guardar, observar, cuidar, zelar por um veículo que deixávamos em algum estacionamento, principalmente os coordenados pela BHTRANS. Às vezes, eles ganhavam seus trocados lavando os carros e fazendo seu trabalho, até então digno, ao qual nada tínhamos que obstar. Mas o que vem acontecendo, de alguns anos para cá, e tem se agravado muito, neste primeiro semestre de 2008, para o que queríamos chamar a atenção - é nosso papel, como homem público, trazer o assunto e cobrar das autoridades competentes do Executivo ações para acabar com essa situação -, é que eles estão cobrando valores exorbitantes, praticamente extorquindo o cidadão que precisar de um espaço, em qualquer rua de Belo Horizonte, para estacionar seu carro, com a exigência de pagamento adiantado, com valores previamente taxados. Há um abuso, com ameaças de que, se não for pago dessa maneira, irão estragar o veículo ou quebrá-lo. Isso está acontecendo com uma frequência razoável. Não temos a dimensão, mas sabemos que acontece muito, porque temos tido frequentes reclamações. Trazemos esse assunto aqui porque é da tribuna que mandamos mensagem aos órgãos de segurança do Estado e do Município de Belo Horizonte, para que tomem providências para que isso não continue acontecendo. Estão-se formando grupos organizados que partem para cima do condutor, do proprietário do veículo, fazendo ameaças, e fica-se com medo de ser agredido e correr risco até de morte. É extremamente grave o que está acontecendo em Belo Horizonte, e trazemos o assunto, da tribuna, para que o Departamento Municipal de Segurança e a BHTRANS tomem as providências. Muitos estão uniformizados, alguns com uniformes concedidos pela BHTRANS, mas isso está acontecendo com muita frequência, trazendo insegurança ao já inseguro morador de Belo Horizonte.

Ficam aqui essas considerações, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, retorno à tribuna, nesta tarde, fazendo uso do art. 70, para falar um pouco mais sobre a agricultura familiar. Estamos hoje, em Belo Horizonte, sediando a III Feira de Agricultura Familiar de Minas Gerais - Agriminas. De manhã, participei da abertura desse evento, assim como o fiz nas duas ocasiões anteriores, em 2006 e 2007. Essa feira já se firmou como o grande evento da agricultura familiar, dos pequenos produtores rurais do Estado de Minas Gerais. Essa é uma oportunidade única para o grande público de Belo Horizonte familiarizar-se, conhecer mais de perto o valor, a labuta, o trabalho e a produção das pessoas que vêm do meio rural, que trabalham, dedicam-se para colocar alimentos na mesa do brasileiro. Essa feira trata exatamente disso.

Segundo os dados que o IBGE vem divulgando há alguns anos, o papel da agricultura familiar no Brasil é extremamente relevante. Estamos em um momento em que se discute a necessidade premente de ampliar a produção de alimentos no mundo inteiro, ante a demanda não atendida que faz com que o preço dos alimentos suba em todo o mundo, o que, em algumas situações, aflige e intranquilha populações de diversas áreas, de diversos países.

Já foi dito aqui hoje - e esse é um dado que dominamos, o povo brasileiro conhece-o - que o Brasil pode e está se preparando para enfrentar essa adversidade. Para tanto, está buscando não só aumentar a produção de alimentos no País - o Presidente Lula lançou, na semana passada, o Plano Safra -, mas também está ampliando o volume de recursos disponibilizados para a agricultura familiar e para o agronegócio, com a ampliação de programas que dão segurança ao produtor rural, a fim de que ele se lance num empreendimento com tranquilidade, planejando e sabendo que não terá prejuízos em razão de intempéries.

É preciso, ainda, voltar os olhos para esse segmento específico. O Brasil pode, de fato, dar um salto de qualidade no que diz respeito à vida do homem do campo, principalmente se conseguir promover políticas adequadas, dirigidas às necessidades do produtor, do agricultor familiar, seja ele assentado da reforma agrária, seja pequeno produtor tradicional. Sabemos que o agronegócio vai bem, já possui uma dinâmica própria e já incorporou, há muitos anos, as boas práticas do mercado. Esses aspectos positivos precisam alcançar o segmento da agricultura familiar.

E a realização de uma feira como a da agricultura familiar, promovida em Minas Gerais pela Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg -, que neste ano completa 40 anos de existência, é uma oportunidade muito boa. Então, a Fetaemg completa 40 anos de ação, de luta, ajudando a organizar e encaminhar soluções para as demandas, para as necessidades do trabalhador rural, do assentado da reforma agrária, do agricultor familiar e do homem do campo.

Essa feira, além de se transformar num espaço de encontro efetivo, de intercâmbio, entre as lideranças e os produtores de mais de 90 Municípios de Minas Gerais, que trazem produtos de 114 empreendimentos dos agricultores familiares do Estado, mostrando um quadro real do local, da importância, da diversidade da agricultura familiar, também é efetivamente um ambiente cultural. Os produtos oferecidos vão desde a tradicional cachaça mineira, o queijo, os doces a uma profusão de produtos artesanais de diversas regiões do Estado de Minas Gerais.

A feira é ainda um espaço de realização de negócios, de difusão de conhecimentos técnicos e de tecnologias adaptadas à agricultura familiar. Um espaço de discussão, de debates, por meio de diversas palestras, com temas atinentes aos agricultores familiares de Minas Gerais. Trata-se de temas específicos, relacionados à produção, à agregação de valor à produção, à comercialização e à organização em associações, em cooperativas. Há também questões relacionadas à segurança alimentar e nutricional e outros temas importantes, como a produção e o consumo de produtos orgânicos e o aquecimento global.

As atividades culturais da III Agriminas são muito interessantes. À noite, a Agriminas transforma-se num palco de manifestações culturais regionais de Minas Gerais. Trata-se de um momento importante para discutir problemas antigos relacionados ao setor, como os vários acampados que aguardam soluções para serem assentados por meio dos programas de reforma agrária - resalto que hoje são 16 mil acampados em Minas Gerais - discutir a questão das terras devolutas em Minas Gerais, a adequação e a possibilidade concreta de destinar-se parcela dessas terras a serem resgatadas pelo Estado para serem disponibilizadas para a reforma agrária a fim de atender ao grande volume de acampados em Minas Gerais; e ainda discutir a institucionalização, eficácia e adequação das ações, das atividades da Secretaria Estadual da Reforma Agrária e do Instituto de Terras de Minas Gerais. Discutir também as parcerias realizadas entre esses órgãos e os órgãos do governo federal - o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Incra e outros, como o Ministério do Desenvolvimento Social -, parceiros tradicionais, efetivos, do Estado de Minas Gerais. Discutir o desenvolvimento rural sustentável e a organização dos conselhos em cada Município onde foram implantados. Discutir as políticas públicas adotadas pelo Estado e Municípios, pois sabemos que os agricultores familiares continuam demandando muito apoio, seja de qualificação, seja de orientação, seja de formação, seja de apoio prático e efetivo no que se refere à distribuição de insumos, de sementes, ao preparo do solo no plantio e na comercialização.

Por exemplo, como andam as feiras de agricultores no nosso Estado? Quais são as políticas voltadas para o setor? Que tipo de incentivo os Prefeitos têm, efetivamente, para ampliar e adotar essas práticas em seus Municípios? Nós mesmos fizemos uma proposta de adequação da Lei Robin Hood, do ICMS Solidário. Quando da discussão, apresentamos uma emenda fazendo com que as Prefeituras que adotassem essas práticas tivessem, como têm hoje, no quesito ambiental, um estímulo, um incentivo para beneficiar os agricultores familiares e, por meio delas, ampliar a produção de alimentos. Portanto, agir não só por meio de grandes ações, disponibilizando recursos, como fez o Presidente Lula, na semana passada, ao anunciar o Plano Safra, mas também por meio de medidas que possam parecer pequenas quando se trata de um pequeno Município do interior, mas que são objetivas e efetivas no estímulo de ampliação da produção de alimentos no nosso Estado.

Discutir também a política de assistência técnica em Minas Gerais. O extensionismo da Emater é, felizmente, uma prática, um conceito que vem sendo resgatado e vem mudando para melhor a ação e a cara da Emater no nosso Estado. É preciso pensar nas outras ações de assistência técnica, aquelas ligadas ao Incra, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Sabemos que assistência técnica, Sr. Presidente, é fundamental para que os agricultores familiares possam incorporar as práticas gerenciais e administrativas para planejar o seu negócio, os seus empreendimentos, não só melhorando a produtividade mas também agregando valor à sua produção e planejando todas as etapas da produção, do beneficiamento, da armazenagem e da comercialização, pensando, portanto, o seu negócio como uma cadeia produtiva, como fazem os empreendedores do agronegócio.

Outro tema importante que deve ser discutido, e certamente o será, nos debates que ocorrerão na Agriminas é a educação do homem do campo. Temos metodologias excelentes desenvolvidas ao longo do tempo, como as Escolas Família Agrícola e o Pronera, que precisa passar por um balanço para ser readaptado e adequado às necessidades dos assentamentos de reforma agrária. É preciso também discutir todo esse sistema que vem sendo implantado no interior do Estado, sobre as nucleações escolares. Qual é o resultado efetivo? Ele é benéfico? Sabe-se que promove uma socialização, mas também é extremamente penoso para muitas e muitas crianças que têm de acordar de madrugada - às 4 horas, em algumas situações - e retornar para as suas casas já no final da tarde. Portanto é preciso refletir sobre essas ações, sobre essas políticas que estão em curso, que estão sendo adotadas por praticamente todos os Municípios do Estado de Minas Gerais. Sabemos que o modelo da agricultura, da agropecuária no País, é um modelo concentrador de terras e de rendas. Ele vem sendo alterado minimamente pelas muitas ações dos governos federal e estadual.

Se quisermos aproveitar essa boa onda que reclama ampliação de produção de alimentos no mundo inteiro, temos de olhar para a nossa realidade, perceber que esse modelo concentrador de terras e de renda no Brasil precisa ser transformado, alterado. É preciso apoiar a produção do homem no campo, e a sua vida. Como? Fazendo com que o programa Luz para Todos, como acabei de ressaltar na minha última intervenção nesta tarde, seja resgatado, retomado, e que alcance todos os habitantes do meio rural.

O Programa Luz para Todos pode evitar o êxodo rural, favorecendo a ampliação da produção de alimentos no nosso Estado e no Brasil. Temos de fazer com que essa ação seja efetiva no que diz respeito à ampliação da produção de alimentos, à melhora da qualidade de vida do homem do campo e ao combate ao êxodo rural, posicionando o Brasil neste novo momento em que poderemos, de fato, honrar nossa principal vocação agropecuária, melhorando sensivelmente a vida daqueles que insistem, a duras penas, em ser os que produzem e abastecem a mesa do brasileiro.

Para encerrar, Sr. Presidente, gostaria ainda de fazer menção à audiência pública realizada ontem pela Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização no Município de Brasópolis. Fui o único Deputado presente na audiência em que foram discutidas, com grande presença de

agricultores familiares dos Municípios de Brasópolis, Cachoeira de Minas, Maria da Fé, Piranguçu e Piranguinho, as barragens projetadas pela Copasa para contenção das enchentes que estão alcançando os Municípios de Itajubá, Santa Rita do Sapucaí e Pouso Alegre. Há uma grande polêmica, um grande desconforto, uma grande preocupação, e é preciso, urgentemente, em primeiro lugar, socializar essas informações, investigar a natureza efetiva dessa intervenção, desse empreendimento, discutir alternativas. Acima de tudo, Sr. Presidente, a grande conclusão a que chegamos, nessa audiência pública de ontem, é que o governo do Estado precisa apoiar a rápida e efetiva realização do Plano Diretor da Bacia do Rio Sapucaí, porque esse é o instrumento efetivo para avaliar, analisar e decidir sobre intervenções tão significativas que mexerão com a vida de 5 mil pessoas, ao implantar quatro barragens de contenção no Rio Sapucaí, como proposto.

Portanto fica aqui nosso apelo para que os órgãos ambientais de Minas Gerais voltem os olhos para essa situação, auxiliem no processo de elaboração do Plano Diretor da Bacia do Rio Sapucaí, para que tenhamos um instrumento objetivo, necessário para uma avaliação sistêmica do processo, a fim de que encontremos as melhores alternativas para regularizar e equacionar o problema das enchentes do Rio Sapucaí. Muito obrigado, Sr. Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 18/7/08, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Pedro Tadeu Amado Mendonça do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Pedro Tadeu Amado Mendonça para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Gil Pereira, Vice-Líder do Governo.